



**Tribunal de Contas da União**



**Relatório de Gestão - 2006**



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**Tribunal de Contas da União**

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, lote 1, Brasília-DF

Secretaria-Geral da Presidência  
Secretaria de Planejamento e Gestão: [seplan@tcu.gov.br](mailto:seplan@tcu.gov.br)  
Fones: 3316-7374/7498  
Ouvidoria: [ouvidoria@tcu.gov.br](mailto:ouvidoria@tcu.gov.br)

**Ministros**

Walton Alencar Rodrigues, presidente  
Guilherme Palmeira, vice-presidente  
Marcos Vilaça  
Valmir Campelo  
Ubiratan Aguiar  
Benjamin Zymler  
Augusto Nardes  
Aroldo Cedraz  
Raimundo Carreiro

**Auditores**

Augusto Sherman Cavalcanti  
Marcos Bemquerer Costa

**Ministério Público**

Lucas Rocha Furtado, procurador-geral  
Paulo Soares Bugarin, subprocurador-geral  
Maria Alzira Ferreira, subprocuradora-geral  
Marinus Eduardo de Vries Marsico, procurador  
Cristina Machado da Costa e Silva, procuradora  
Júlio Marcelo de Oliveira, procurador  
Sérgio Ricardo Costa Caribé, procurador

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Secretaria-Geral da Presidência  
Secretaria de Planejamento e Gestão

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**Exercício 2006**

**BRASÍLIA-DF**  
**2007**

©Copyright 2007, Tribunal de Contas da União  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
www.tcu.gov.br

Brasil. Tribunal de Contas da União.  
Relatório de gestão: exercício 2006. – Brasília :  
TCU, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria  
de Planejamento e Gestão, 2007.  
84 p.

1. Tribunal de Contas da União, relatório, Brasil.
2. Planejamento. I. Título.

## SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>1. Liderança</b> .....	13
1.1. Atividades Relacionadas a Órgãos e Entidades Internacionais .....	13
1.2. Acordos e Parcerias.....	17
1.3. Projeto de Apoio à Modernização do TCU.....	19
1.4. Divulgação Institucional .....	21
<b>2. Estratégias e Planos</b> .....	23
2.1. Planejamento de Longo Prazo .....	24
2.2. Planejamento Anual .....	24
<b>3. Cidadãos e Sociedade</b> .....	27
3.1. Relacionamento com o Congresso Nacional .....	27
3.1.1. Apoio a Comissões do Congresso Nacional .....	27
3.1.2. Fiscalizações de Obras Públicas.....	28
3.2. Denúncias, Representações e Consultas.....	30
3.3. Diálogo Público.....	30
3.4. Ouvidoria.....	31
3.5. Controle da Gestão Ambiental.....	31
<b>4. Informação e Conhecimento</b> .....	35
4.1. Tecnologia da Informação.....	35
4.1.1. Sistemas de Informação do TCU .....	35
4.1.2. Sistemas Externos .....	37
4.1.3. Portal TCU .....	39
4.1.4. Infra-estrutura.....	40
4.1.5. Orçamento de TI .....	41
<b>5. Pessoas</b> .....	43
5.1. Gestão de Pessoas.....	43
5.2. Quadro de Pessoal.....	45
5.3. Capacitação de Servidores.....	47
5.4. Qualidade de Vida.....	47
5.5. Avaliação do Bem-Estar do Profissional.....	49
<b>6. Processos</b> .....	53
6.1. Ações de Controle Externo.....	53
6.1.1. Contas.....	54
6.1.2. Cobrança Executiva (CBEX) .....	56
6.1.3. Fiscalizações.....	57
6.1.4. Atos de Pessoal.....	61
6.1.5. Recursos.....	63
6.1.6. Avaliação de Programas de Governo.....	64
6.1.7. Avaliação de Desestatizações.....	66
6.1.8. Contas do Governo.....	68
6.1.9. Resultados das Ações de Controle.....	69
6.1.10. Evolução dos Estoques de Processos.....	71
6.1.11. Indicador do TCU no PPA 2004 – 2007.....	72
6.2. Gestão Orçamentária e Financeira.....	74
6.2.1. Contratos e Convênios.....	76
6.2.2. Imóveis, Obras e Engenharia.....	76
6.2.3. Racionalização de Custos Administrativos.....	78

6.2.4. Proposta Orçamentária para o Exercício de 2007.....	78
6.2.5. Controle Interno.....	80
6.3. Gestão de Projetos.....	80

## QUADROS

---

1. Participação do TCU em organizações internacionais de fiscalização.....	14
2. Acordos de cooperação técnica.....	18
3. Projetos de modernização envolvendo recursos do BID.....	20
4. Publicações editadas em 2006.....	22
5. Percentual de Fiscalizações com IG-P por unidade orçamentaria.....	29
6. Representações, Consultas e Denúncias.....	30
7. Atuação da Ouvidoria.....	31
8. Sistemas externos acessíveis pelo Tribunal de Contas da União.....	38
9. Orçamento de TI.....	42
10. Quadro de pessoal do Tribunal.....	45
11. Servidores ativos, inativos, pensionistas e cargos em comissão.....	45
12. Lotação dos servidores.....	47
13. Questões que apresentaram maior e menor percentual de satisfação.....	50
14. Processos apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recursos.....	53
15. Condenações e sanções aplicadas.....	55
16. Encaminhamento de títulos executivos aos órgãos executores.....	56
17. Fiscalizações realizadas.....	57
18. Áreas fiscalizadas.....	58
19. Classificação das fiscalizações quanto aos indícios de irregularidade.....	59
20. Atos de pessoal apreciados.....	61
21. Peças recursais apreciadas.....	64
22. Principais causas de provimento de recursos em 2006.....	64
23. Programas governamentais fiscalizados.....	65
24. Grau de alcance das metas de 2006.....	70
25. Evolução dos estoques de processos.....	72
26. Índice de apreciação de processos definido no PPA.....	73
27. Execução orçamentária e financeira.....	74
28. Previsão e execução orçamentária, por projeto e atividade.....	75
29. Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável.....	76
30. Contratos e Convênios Firmados pelo TCU.....	76
31. Situação dos imóveis ocupados pelas Secex nos estados em 2006.....	77
32. Demonstrativo de obras e reformas.....	77
33. Evolução da participação orçamentária do TCU no OGU.....	79
34. Projetos encerrados em 2006.....	82
35. Projetos em andamento no final do exercício.....	83
36. Pessoas alocadas aos projetos.....	84
37. Perfil dos projetos em andamento.....	84

## GRÁFICOS

---

1. Volume de recursos anuais fiscalizados em obras públicas.....	29
2. Distribuição dos cargos aprovados do quadro de pessoal .....	46
3. Índice de satisfação dos servidores.....	50
4. Fluxo de processos de controle externo, exceto pessoal .....	54
5. Fiscalizações realizadas por iniciativa.....	57
6. Fluxo histórico de atos de pessoal .....	62
7. Atos de pessoal julgados ilegais .....	63
8. Percentual de alcance das metas .....	71
9. Evolução dos estoques de processo .....	72
10. Evolução do Índice PPA.....	73



## APRESENTAÇÃO

Senhores Ministros,  
Senhores Auditores,  
Senhor Procurador-Geral,

Apresento a Vossas Excelências o relatório da Gestão Institucional atinente ao exercício de 2006, na forma do estabelecido no art. 28, inciso XLII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

O exercício em referência oferece a particularidade de abarcar **três** períodos de gestão, eis que a condução desta Casa esteve de 1º/01/2006 a 23/08/2006 sob o comando do insígne Ministro Adylson Motta, de 24/08/2006 a 4/09/2006, sob a direção do eminente Ministro Walton Alencar Rodrigues, então vice-presidente no exercício da Presidência, e de 5/09/2006 a 31/12/2006 sob a presidência deste Relator.

Vale assinalar, de início, que este Relatório está sendo apresentado em nova formatação, com o fito de facilitar a associação das principais realizações de cunho organizacional, sejam elas da área fim ou da área de apoio, com os itens temáticos representativos de critérios utilizados pelo Programa Nacional de Gestão (Gespública), coordenado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para efeito de avaliação de práticas conducentes à excelência do processo de gestão.

Referidos critérios são sete: a) liderança, b) estratégias e planos, c) cidadãos e sociedade, d) informação e conhecimento, e) pessoas, f) processos e g) resultados. Esse último tem cunho valorativo, eis que se destina a aferir os resultados das práticas organizacionais que reforçam, no âmbito da instituição, e em cada um dos seis critérios anteriores, a utilização de um modelo de gestão pautado em referencial de excelência administrativa.

O sétimo critério, dadas as suas características, não constitui tópico específico neste documento, eis que seu conteúdo permeia aspectos tratados nos itens anteriores, quando apresentados sob a forma de resultados associados às práticas organizacionais descritas.

Imperioso destacar que esta Corte de Contas, embora ostente tradição centenária, tem sido receptiva o suficiente para assimilar e se adaptar, de modo pensado e equilibrado, às rápidas transformações experimentadas pela vida contemporânea.

Para tanto, resulta clara a compreensão de que a ação fiscalizadora do TCU não está vinculada a uma visão cartorial do seu universo de trabalho. Muito pelo contrário, a prática vigente indica que a ação do TCU deve ser dinâmica e sistêmica, favorecendo um constante interagir entre o Tribunal, outras instituições de controle, os entes jurisdicionados e a sociedade.

Se por um lado, os novos conhecimentos e a tecnologia hoje disponíveis permitem avanços qualitativos no agir da Administração Pública, por outro lado, também favorecem que técnicas mais requintadas sejam postas à disposição daqueles que queiram atentar contra a saúde do Erário.

Daí a necessidade de o TCU, no desempenho de suas atribuições institucionais, ter presente o habitual e o porvir, a fim de que cumpra as exigências de hoje e se prepare convenientemente para os desafios do amanhã.

Por força de comando constitucional e de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o Tribunal realizou, no exercício em questão, o exame das contas do Presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores do Poder Judiciário, do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Chefe do Ministério Público Federal.

Os relatórios e pareceres prévios sobre as Contas do Governo Federal foram entregues no prazo legal ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros. No que concerne ao exercício de 2005, o TCU concluiu que os órgãos dos três poderes observaram os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública; que os balanços demonstraram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2005, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Houve ressalvas assinaladas nas contas do Poder Executivo, as quais, contudo, não constituíram óbice à recomendação de aprovação das ditas contas, eis que somente reclamam medidas saneadoras.

Em virtude do pleito eleitoral realizado no exercício de 2006, e em conformidade com as disposições insertas na alínea “g” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidades), c/c os termos do artigo 91 da Lei 8.443/92, a presidência do TCU entregou ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no mês de julho, lista contendo nomes de mais de 2,9 mil responsáveis por contas julgadas irregulares.

No campo da ação de controle, os benefícios são, em boa parte, de difícil mensuração financeira e decorrem da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício ou do prejuízo, da melhoria na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis e normativos, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas. Em termos financeiros, resultados quantificados a partir de algumas das deliberações proferidas em 2006 indicam economia potencial para o Erário em valor superior a R\$ 5,4 bilhões. Isso representa mais de 5 vezes o orçamento do TCU naquele exercício.

A fiscalização dos processos de desestatização ocorre mediante ritos específicos para acompanhamento de privatização e para o acompanhamento de delegação para exploração de serviços públicos, previstos nos normativos expedidos pelo TCU. Nessa seara, destacam-se como benefícios decorrentes da ação fiscalizadora do TCU reavaliação de preço mínimo, revisões tarifárias dos setores elétricos e de transporte e revisão de critérios técnicos de venda dos blocos de exploração do petróleo.

No exercício de 2006, o TCU realizou auditoria de natureza operacional na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em cumprimento ao acórdão nº 168/2005 – Plenário, com o propósito de analisar a atuação da entidade no acompanhamento da qualidade da prestação dos serviços de telefonia fixa e móvel. Por meio do acórdão 2109/2006 - Plenário, o Tribunal expediu uma série de determinações e recomendações à Anatel, com o fim de sanar as anomalias encontradas.

Importante ainda ressaltar, entre os principais feitos na área de controle, a fiscalização realizada em 259 obras públicas, as quais, em termos de materialidade, representaram investimentos de mais de R\$ 20 bilhões. O resultado desse trabalho, que envolveu cerca de 250 técnicos do TCU no período de cinco meses, objetivou verificar a correta aplicação dos recursos federais em obras públicas e de prestar informações ao Congresso Nacional, a fim de subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2007.

Imprescindível destacar os trabalhos realizados pelo Tribunal em duas importantes ocasiões no exercício de 2006. Primeiro, foram as 101 fiscalizações pertinentes ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse), que envolveram uma extensão de 10,8 mil quilômetros de estradas, com um volume de recursos aplicados na ordem de R\$ 242 milhões. As principais irregularidades apontadas estavam associadas à deficiência na fiscalização e supervisão da obra (51,7%), execução orçamentária irregular (15%), projeto básico deficiente ou inexistente com risco de dano ao Erário (15%) e celebração irregular de contratos (16,7%).

O estabelecimento de metas anuais de desempenho para o Tribunal tem sido fundamental para orientar a atuação da Casa. Os indicadores de desempenho adotados pelo TCU retratam os resultados positivos alcançados nos últimos anos em razão de modernas práticas de gestão adotadas. Das metas estabelecidas para 2006, cinco foram alcançadas ou ultrapassadas. De forma global, o resultado do alcance das metas ficou em 91%.

No que atine às metas não alcançadas, relativas ao julgamento de certos tipos de processos, há de se considerar que, ao longo do exercício de 2006, o Tribunal funcionou sem a totalidade do seu corpo deliberativo. Permaneceu desocupada uma vaga de ministro, cujo provimento está afeto ao Senado Federal, e em parte do período estiveram sem preenchimento duas vagas de ministro e uma de auditor.

Na área de tecnologia da informação (TI), o portfólio de soluções conta com mais de 130 aplicativos, em grande parte consistindo de sistemas de informação internos. Completam o acervo tecnológico sistemas externos, softwares e serviços básicos de TI.

No exercício de 2006, foi desenvolvido o sistema Instrução Eletrônica Simplificada de Contas (IES). Juntamente com o sistema Siscontas, que permite a coleta eletrônica de contas, compõem a solução de TI que inaugurou o Processo Eletrônico no TCU. Os principais benefícios dessa solução são o aumento da celeridade de instrução e tramitação, maior segurança e melhor sigilo das informações processuais, aumento da produtividade do Tribunal e redução no consumo de papel.

No que se refere à gestão de projetos, a situação atual da carteira do TCU, nessa área, indica que foram encerrados oito projetos em 2006, enquanto quinze estavam em andamento no final do exercício.

A gestão de projetos constitui importante instrumento para a construção coletiva de alicerces do futuro do Tribunal. Vários dos projetos em andamento não contemplam apenas resultados imediatos e de curto prazo, mas contribuem de modo efetivo para o alcance da visão de futuro da Instituição. Por exemplo, o amplo projeto de modernização do Tribunal, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pretende aumentar a capacidade de fiscalização e controle, implementar medidas de valorização dos servidores, aprimorar o sistema de qualidade e gestão da organização, além de estabelecer canais e ampliar o diálogo do TCU com a sociedade.

No que diz respeito à reposição e ampliação do quadro de pessoal, foram providos, no exercício em exame, por meio de concurso público, 170 cargos de analista de controle externo para as áreas de controle externo e apoio técnico e administrativo e sete cargos de técnico de controle externo para a área de apoio técnico e administrativo. No mesmo período, houve a recondução de um analista de controle externo, área de controle externo.

A política de valorização do servidor também foi marca registrada da Administração. No que se refere à capacitação e ao desenvolvimento de profissional, foram realizados, no ano de 2006, 287 eventos, com oferta de 1.516 vagas para servidores do TCU. Também houve 351 treinamentos promovidos por outras instituições, com a oferta de 779 vagas para servidores da Casa.

Os eventos de Diálogo Público, em 2006, orientados basicamente para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais organizações da sociedade civil que recebam transferências voluntárias do Governo Federal, envolveram 29 encontros, em 26 unidades federadas, que permitiram a participação de mais de 8.000 ouvintes. Também ocorreram reuniões com conselheiros de merenda escolar nos estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Sergipe.

Quanto ao controle social, merece destaque a atuação da Ouvidoria do TCU, unidade responsável pela recepção de informações da comunidade a respeito de ato praticado por agente público jurisdicionado, assim como acerca de sugestões de aprimoramento, críticas ou reclamações de serviços prestados pelo próprio Tribunal. A Ouvidoria recebeu, em 2006, 3.722 chamados. Desses, cerca de 2.280 referiam-se a solicitações de informações e orientações gerais e 1.442 foram relativos a manifestações relatando indícios de irregularidade em atos de gestão. Em consequência, 78 processos foram autuados.

Em termos de racionalização de custos administrativos, o TCU tem adotado uma série de medidas voltadas para a contenção de gastos e para a geração de economia. Com esse norte, máxime destacar a implantação de nova metodologia para a realização de licitações e repactuação dos ajustes dos contratos, especialmente nos casos de contratação de mão-de-obra, tais como limpeza e vigilância, o que gerou economia de recursos na ordem de 30%, se comparada ao procedimento que vinha pautando historicamente a celebração de contratos pela Instituição.

Finalmente, cabe lembrar que, em 2006, o Tribunal teve a honra e o privilégio de sediar eventos internacionais relacionados ao controle externo, o que vem a demonstrar o respeito e a credibilidade que a Corte goza junto a outras instituições de controle.

No período de 17 a 19/05/2006, o Tribunal de Contas da União sediou a 15ª Reunião do Comitê Permanente de Auditoria de Tecnologia da Informação da Intosai. O encontro reuniu 42 delegados de 19 Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de países estrangeiros, além dos participantes brasileiros. Ao longo do evento, foram debatidos o andamento de iniciativas resultantes de encontros anteriores, projetos do Comitê que se encontram em execução, possíveis projetos para o futuro próximo, o treinamento de auditoria de tecnologia da informação da Intosai e temas técnicos expostos em apresentações feitas por diferentes EFS. O TCU apresentou o módulo “A luta contra a fraude”.

O Tribunal sediou, também, a III Reunião da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Olacefs. O encontro ocorreu em Brasília nos dias 28 e 29/06/2006. Participaram do evento representantes das EFS do Chile e Cuba, além do Brasil. Os temas abordados foram: Metodologia de Auditoria de TI, Governança de TI, Governo Eletrônico, Portal Olacefs, Gestão do Conhecimento e Prestação de Contas Eletrônica. O objetivo da reunião foi discutir e aprovar os marcos conceituais para cada um desses assuntos, a fim de que os conceitos especificados sirvam de base para todas as EFS integrantes da Olacefs.

Nos dias 8 e 9/08/2006, foi realizada, na sede do TCU, a 1ª Reunião da Subcomissão de Auditoria de Desempenho da Intosai. O objetivo principal do evento foi aprovar o Termo de Referência e o Plano de Trabalho 2006-2008 da Subcomissão. A programação incluiu também apresentações feitas por técnicos do TCU: uma acerca da auditoria feita no programa federal “Bolsa Família” e outra referente ao curso a distância sobre auditoria de desempenho oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa – ISC. Os dois documentos exarados durante a Reunião foram aprovados pelo Conselho Diretor da Intosai, em novembro de 2006.

Esse, Senhores Ministros, Senhores Auditores, Senhor Procurador-Geral, é o resumo da gestão ocorrida no curso do exercício de 2006. As realizações alcançadas foram obra de um todo harmônico e comprometido com os relevantes propósitos desta centenária instituição.

Brasília, 21 de março de 2007.

**GUILHERME PALMEIRA**

**Relator**

---



## 1. LIDERANÇA

---

O critério liderança busca situar a performance da alta administração na análise crítica do desempenho global da organização, bem como a forma com que atua para definir e disseminar entre o corpo funcional os valores, as políticas e as estratégias institucionais.

No âmbito do TCU, a expressão alta administração aplica-se ao Ministro-Presidente, ao Vice-Presidente e aos demais ministros e auditores que integram o corpo colegiado da Casa. Nas unidades técnicas, refere-se aos secretários-gerais, secretários e diretores.

Um dos pilares da gestão pública de excelência é o envolvimento de todos os servidores na busca do alto desempenho da organização, por meio do estímulo à colaboração e ao compromisso com o alcance de objetivos e metas institucionais. A sincronia de atitudes entre o corpo dirigente da instituição e o corpo funcional é entendido como elemento vital ao crescimento qualitativo da organização.

Com esse norte é que o corpo deliberativo desta Corte de Contas, com a colaboração dos dirigentes da sua secretaria, dos seus servidores e o apoio dos membros do *Parquet* especializado, tem empreendido esforços constantes, no sentido de modernizar o TCU e de aprimorar a ação institucional frente às competências constitucionais que lhe são afetas.

Para tanto, indispensável que haja forte interação entre o Tribunal, os órgãos e entidades brasileiras detentores de propósitos afins, os organismos internacionais congêneres e a sociedade.

Neste item, serão descritas a seguir as ações e as práticas conduzidas no curso do exercício de 2006, as quais evidenciam a atenção que a alta administração do TCU confere à integração do Tribunal junto a importantes parceiros nacionais e internacionais, bem como indicam o cuidado existente em relação à divulgação da imagem da instituição junto à sociedade.

### 1.1. ATIVIDADES RELACIONADAS A ÓRGÃOS E ENTIDADES INTERNACIONAIS

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile e a Organização das Instituições Supremas de Controle – ISC da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como presidente, coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

**Quadro 1**  
**Participação do TCU em organizações internacionais de fiscalização**

<b>Organização</b>	<b>Comissão técnica/grupo de trabalho</b>	<b>TCU</b>
	Comissão de Normas Profissionais	Membro
Intosai	Subcomissão de Auditoria <b><u>Desempenho</u></b>	Presidente
	<b><u>Subcomissão de Auditoria de Conformidade</u></b>	<b><u>Membro</u></b>
	<b><u>Subcomissão de Diretrizes de Auditoria Financeira</u></b>	<b><u>Membro</u></b>
	<b><u>Subcomissão de Normas de Controle Interno</u></b>	<b><u>Membro</u></b>
	Comissão de Dívida Pública	Membro
	Comissão de Auditoria da Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Privatização	Membro
	Grupo de Trabalho sobre Auditoria de Meio Ambiente	Membro
Olacefs	Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente – Comtema	Coordenador
	Comissão Técnica Especial das Tecnologias de Informação e Comunicações – CTIC	Membro
	Comissão de Desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores e Indicadores de Desempenho – Cedeir	Membro

Em 2006, o TCU se fez presente, entre outros, nos seguintes eventos internacionais:

No período de 10 a 12/4/2006, o ministro Walton Alencar representou o TCU no **Encontro Técnico Científico** realizado em Luanda, Angola. O encontro foi presidido pelo Juiz Conselheiro Julião Antonio, presidente da Corte de Contas angolana e contou com a participação de várias autoridades do País, incluído o Primeiro Ministro e vários ministros de Estado que lá proferiram palestras. Representantes de todos os países de língua portuguesa compareceram ao evento.

Nos dias 23 e 25/4/2006, o ministro Ubiratan Aguiar representou o TCU na **V Reunião Anual da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (Comtema)** realizada na cidade de Viña del Mar, no Chile. Estiveram presentes representantes de onze países. Na oportunidade, foram apresentadas e avaliadas as ações realizadas e os resultados alcançados no último plano de trabalho e houve exposição de diversas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), membros da Comtema, a respeito de trabalhos de auditoria realizados na área de meio ambiente. Os membros da Comtema aprovaram a revisão do Regimento Interno da comissão e as diretrizes para elaboração do plano de trabalho para o triênio 2006-2008, além de decidirem pela permanência do TCU na coordenação dos trabalhos.

O ministro Ubiratan Aguiar participou também da **Reunião de Coordenação entre a Comissão Mista da Organização das EFS(s) do Mercosul e o Conselho Diretivo da OCCEFS**, realizada em Santiago, Chile, no



dias 26 e 27/4/2006. O objetivo da reunião foi discutir a cooperação entre a OCCEFS e a Organização do Mercosul. Durante o encontro foi firmado convênio de cooperação técnica e definidas agendas de colaboração para as duas organizações.

O ministro-substituto Augusto Sherman esteve presente no seminário **O Controle da Gestão de Fundos Públicos como Garantia de Governabilidade e Transparência**, promovido pelo Tribunal de Contas da Espanha entre os dias 2 e 5/5/2006 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia. Participaram do seminário representantes das EFS de quatorze países, além do Tribunal de Contas da Espanha. Na oportunidade, o ministro do TCU proferiu palestra acerca das funções do Tribunal de Contas da União, com destaque às atividades desenvolvidas no exercício das auditorias de desempenho e de programas de governo e no cumprimento das obrigações designadas ao TCU pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No período de 17 a 19/5/2006, o Tribunal de Contas da União sediou a **15ª Reunião do Comitê Permanente de Auditoria de Tecnologia da Informação da Intosai**. O encontro reuniu 42 delegados de 19 EFS(s) de países estrangeiros, além dos participantes brasileiros. Ao longo do evento, foram debatidos o andamento de iniciativas resultantes de encontros anteriores, projetos do Comitê que se encontram em execução, possíveis projetos para o futuro próximo, o treinamento em auditoria de TI da Intosai e temas técnicos expostos em apresentações feitas por diferentes EFS(s). O TCU apresentou o módulo “A luta contra a fraude”..

O ministro Adylson Motta participou da **Reunião do Comitê Diretivo da Comissão de Normas Profissionais de Auditoria da Intosai**, na condição de presidente do Subcomitê de Auditoria Operacional, realizada na cidade de Washington, Estados Unidos, nos dias 4 e 5/5/2006. Estiveram presentes no evento 38 representantes de dezesseis países. Durante o encontro, o TCU apresentou as ações iniciais do Subcomitê que preside. Foram apresentados também dois documentos (o Termo de Referência e o Plano de Trabalho do Subcomitê de Auditoria Operacional) elaborados pelo Tribunal e distribuídos aos membros do grupo para receber sugestões de aprimoramento.

O ministro Adylson Motta participou, ainda, no período de 4 a 7/6/2006, da **Reunião da Comissão de Auditoria de Dívida Pública da Intosai**, realizada em Buenos Aires, Argentina. Estiveram presentes no evento representantes de dezenove países. Entre os temas discutidos, destacou-se “o Débito Público Contingenciado”. Como ficou patente nas diversas abordagens da matéria, trata-se de questão a qual todos os governos deverão enfrentar, mediata ou imediatamente, no qual as EFS terão papel de suma importância.

O TCU sediou a **III Reunião da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Olacefs**. O encontro ocorreu em Brasília nos dias 28 e 29/6/2006. Participaram do evento representantes das EFS do Chile e Cuba, além do Brasil. Os temas abordados foram: Metodologia de Auditoria de TI, Governança de TI, Governo Eletrônico, Portal Olacefs, Gestão do Conhecimento e Prestação de Contas Eletrônica. O objetivo da reunião foi discutir e aprovar os marcos conceituais para cada um desses assuntos a fim de que os conceitos

especificados sirvam de base para todas as entidades fiscalizadoras superiores integrantes da Olacefs.

O ministro-substituto Marcos Bemquerer representou o Tribunal no seminário internacional **Transparência Contra a Corrupção**, realizado na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, entres os dias 12 e 15/7/2006. O evento contou com a presença de cerca de 230 participantes, com delegações de mais de vinte países da América Latina e do continente europeu, africano e asiático. O representante do TCU coordenou o debate sobre Conceituação do fenômeno da corrupção a partir da ótica das Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS. Ao final do encontro, foi exarada a Declaração de Cartagena, por força da qual as EFS dos países signatários se comprometem a adotar, no âmbito de suas competências, políticas e medidas para prevenir e punir práticas corruptas.

Entre os dias 18 e 22/7/2006, o ministro Augusto Nardes representou o TCU na **IV Assembléia Geral da Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP)**, em Maputo, Moçambique. A assembléia contou com a participação dos tribunais de contas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Os temas debatidos foram **As Recomendações das Instituições Supremas de Controle e o Acompanhamento do seu Acatamento e O Controle Externo das Parcerias Público-Privadas**. As reuniões deliberativas do Conselho Diretivo e da Assembléia Geral trataram de questões de cooperação atualmente em andamento no âmbito da organização.

Nos dias 8 e 9/8/2006, foi realizada, na sede do TCU, a **1ª Reunião da Subcomissão de Auditoria de Desempenho da Intosai**. O objetivo principal do evento foi aprovar o Termo de Referência e o Plano de Trabalho 2006-2008 da Subcomissão. A programação incluiu também apresentações feitas por técnicos do TCU: uma acerca da auditoria feita no programa federal “Bolsa Família” e outra acerca do curso a distância sobre auditoria de desempenho oferecido pelo Instituto Serzedello Corrêa – ISC. Os dois documentos exarados durante a Reunião foram aprovados pelo Conselho Diretor da Intosai, em novembro de 2006.

O ministro Adylson Motta participou, a convite do presidente da Auditoria Geral da Nação da República Argentina, juntamente com o controlador-geral da República Paraguaia, de reunião realizada em Buenos Aires, Argentina, no dia 18.8.2006. O objetivo do encontro foi discutir os problemas relacionados à fiscalização de entidades supranacionais em que participam os três países.

Entre os dias 24 e 26/9/2006, o ministro Valmir Campelo representou o TCU na **Reunião do Subcomitê de Diretrizes de Auditoria Financeira da Intosai**, realizada na cidade de Nova York, EUA. O encontro foi organizado pela Federação Internacional de Contadores, para avaliar a condução do projeto de criação e modernização das Normas Internacionais em Auditoria (ISA), de maneira a incluir notas práticas que explicam e orientam a aplicação das ISA no setor público. No evento, foi aprovada a primeira nota prática já finalizada que trata da documentação de auditoria.

No período de 26 a 29/9/2006, o ministro Walton Alencar Rodrigues, participou da **13ª Reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria de Privatização da Intosai**, realizada em Londres, Inglaterra. A agenda da reunião dividiu-se em

três partes: apresentações das entidades fiscalizadoras superiores a respeito de suas experiências em auditorias de privatização, regulação econômica e parcerias público-privadas; mesas redondas compostas por grupos de participantes, para discutir esses temas; e discussão sobre as prioridades e atividades futuras. O TCU apresentou o trabalho **Das concessões às PPPs: o que é novo na fiscalização do TCU**.

O ministro-substituto Augusto Sherman representou o TCU no “Encontro da Comissão Mista de Cooperação da Organização das EFS do Mercosul, Bolívia e Chile”, realizado em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no dia 8/12/2006. No evento, foram analisadas e deliberadas as propostas apresentadas pelo Grupo de Coordenação das EFS, de maneira a dar andamento às atividades da Organização.

Por fim, cabe destacar que o ministro Augusto Nardes representou o TCU em 3 (três) importantes eventos:

**I Seminário Internacional de Auditoria em Entidades Binacionais**, realizado no período de 18 a 20/10/2006, em Assunção, Paraguai. O evento, promovido pela Controladoria-Geral do Paraguai, contou, ainda, com a participação da Auditoria-Geral da Nação Argentina. A agenda do evento pautou-se na discussão da atuação do controle externo sobre entidades binacionais e as perspectivas de debate do tema no âmbito do Mercosul. Ao final do seminário, foi redigida a **Declaração de Assunção**, com as conclusões referentes à viabilidade de atuação do controle externo sobre as entidades binacionais;

**55ª Reunião do Conselho Diretor da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)**, realizada na Cidade do México, México, nos dias 2 e 3/11/2006. O ministro Augusto Nardes apresentou o 1º Relatório de Atividades do Subcomitê de Auditoria de Desempenho, destacando a definição dos termos de referência para atuação do subcomitê e a proposta de primeiro plano de trabalho. Participaram da reunião 63 delegados de 28 países de todos os continentes, além de representante das Nações Unidas e da Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai;

**XVI Assembléia Geral da Olacefs**, grupo regional da Intosai para a América Latina e Caribe, que teve lugar em Quito, Equador, no período de 6 a 10/11/2006. O evento foi dividido em duas sessões, uma técnica e outra administrativa, precedidas de encontro do conselho diretivo e de reunião de coordenação dos presidentes de comitês e comissões da Organização. Uma vez que o TCU preside a Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente da Olacefs, o ministro Augusto Nardes apresentou, durante a sessão administrativa, o relatório de atividades da comissão. Nas sessões técnicas, expôs a contribuição do Tribunal ao tema **A auditoria de impacto na perspectiva do controle governamental**, quando formulou comentários, críticas e sugestões sobre o trabalho principal proposto pela Controladoria do Chile.

## **1.2. ACORDOS E PARCERIAS**

O TCU mantém acordos de cooperação técnica com vários órgãos das diferentes esferas de governo. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas:

ações de treinamento de servidores, intercâmbio de informações, cooperação técnica e fiscalização de recursos públicos federais repassados a unidades estaduais e municipais.

Algumas parcerias firmadas permitem o acesso de servidores do Tribunal a bases de dados de sistemas informatizados de órgãos e entidades públicas. Essa faculdade é de fundamental importância para subsidiar os trabalhos de fiscalização.

O quadro a seguir indica a situação dos acordos de cooperação técnica que tiveram vigência ao longo do exercício de 2006.

**Quadro 2**  
**Acordos de cooperação técnica**

<b>Entidade</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Vigência</b>
Caixa Econômica Federal	29/5/00	Indeterminado
Câmara dos Deputados	20/1/98	Indeterminado
Controladoria-Geral da União	9/11/04	19/11/09
Governo do Estado de Mato Grosso	23/8/06	12/9/08
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	21/11/05	24/11/07
Governo do Estado de Minas Gerais	29/3/06	29/3/08
Governo do Estado do Ceará	18/8/05	24/08/07
Ministério da Previdência Social – Dataprev	1º/12/05	8/12/10
Ministério Público Federal/MPF	12/11/04	19/11/06
Radiobras	10/10/05	10/10/10
Secretaria da Receita Federal	20/8/04	25/8/09
Secretaria da Receita Federal	4/7/00	Indeterminado
Senado Federal/ILB	3/6/03	12/6/08
Superior Tribunal de Justiça	14/6/06	17/6/08
Supremo Tribunal Federal	21/8/06	21/8/08
Tribunal de Contas do Distrito Federal	21/12/04	10/1/07
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	19/1/06	06/2/08
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas	26/10/06	17/11/08
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	26/09/06	20/10/08
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	1º/6/06	1º/6/08
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	26/10/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado de Tocantins	29/11/06	14/11/08
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado do Piauí	6/12/06	12/12/08
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	9/11/04	18/11/06
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	2/12/05	9/12/07
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de São Paulo	29/9/06	25/11/08
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará	15/12/04	22/12/06

Entidade	Assinatura	Vigência
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	19/12/05	19/12/07
Tribunal Regional do Trabalho – 14ª Região	28/4/05	28/4/07
Tribunal Superior do Trabalho	30/5/06	19/6/08

### 1.3. PROJETO DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TCU

O Projeto de Apoio à Modernização do TCU, financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, por isso, conhecido internamente como Projeto BID –, é composto por investimentos de cunho modernizador que visam a fortalecer as atividades de fiscalização e de controle do Tribunal, a elevar a capacidade profissional dos servidores e a melhorar a difusão das ações desenvolvidas pelo TCU entre congressistas, gestores e cidadãos.

O projeto é integrado por quatro componentes, a saber:

- fiscalização e controle;
- qualidade e gestão;
- ações de valorização do servidor;
- diálogo público.

O valor do empréstimo foi da ordem de US\$ 5 milhões. Há mais US\$ 5 milhões de contrapartida a cargo do TCU, perfazendo o valor total de US\$ 10 milhões, dos quais US\$ 9,2 milhões destinam-se a investimentos e, o restante, a custeio (US\$ 800 mil).

Transcorridos 42 dos 54 meses destinados ao desembolso do empréstimo, após a prorrogação concedida<sup>1</sup>, já foram comprometidos, sob a forma de contratos firmados, cerca de 87,4% dos recursos destinados a investimentos, equivalentes a R\$ 18,9 milhões. O comprometimento dos recursos do Projeto decorre de avenças celebradas com fornecedores, empresas de consultoria ou especialistas em assuntos de seu interesse. O índice de execução físico-financeira dos serviços relativos a esse conjunto de compromissos passou de 41% em junho de 2006 para 55% em dezembro de 2006.

O crescimento do nível de desembolsos foi resultante, principalmente, da conclusão de investimentos significativos do componente “Ações de Valorização do Servidor” e do pagamento de grande parte das atividades do subcomponente “Ampliação da atuação em áreas inovadoras – LRF e regulação” do componente “Fiscalização e Controle”.

Com relação ao componente “Ações de Valorização do Servidor”, cabe destacar a evolução dos contratos com a Fundação Dom Cabral e PriceWaterhouseCoopers–Prandini e a conclusão de contratações de investimentos associados à Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep), cujos termos de referência foram elaborados no primeiro semestre de 2006. Além disso, foram resolvidas algumas pendências jurídicas referentes ao consórcio contratado

<sup>1</sup> O aditivo contratual que prorrogou a data para o último desembolso, de 8/7/06 para 8/1/08, tornou-se efetivo em 22/3/06, com a anuência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda.

para o fornecimento do equipamento adquirido para o sistema de videoconferência. Sendo assim, foi possível realizar parte do pagamento dos equipamentos adquiridos.

O componente “Qualidade e Gestão” foi concluído e o componente “Diálogo Público” atingiu índice de execução próximo a 100%. Os componentes de maior peso relativo no Projeto, “Fiscalização e Controle” e “Ações de Valorização do Servidor”, com 32,6% e 38,1% dos recursos totais, respectivamente, apresentaram visível aumento em seus índices de execução (60 e 33%, respectivamente)

Para 2007, a previsão é de que sejam feitas as novas contratações do componente “Ações de Valorização do Servidor”, bem como o desembolso das ações já contratadas. Quanto ao subcomponente “Modernização dos Métodos de Fiscalização”, do componente “Fiscalização e Controle”, espera-se definição, por parte da unidade técnica, do objeto a contratar e das condições de contratação.

Os projetos de modernização institucional envolvendo recursos do BID, em andamento ou encerrados em 2006, estão discriminados no quadro a seguir.

**Quadro 3**  
**Projetos de modernização envolvendo recursos do BID**

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Situação</b>
Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo – Síntese	Conceber, elaborar e implementar <i>datawarehouse</i> de controle da administração pública.	Em andamento
Modernização do Controle da Regulação de Serviços Públicos	Aperfeiçoar a atuação do TCU no controle externo da regulação de serviços públicos objeto de delegação.	Em andamento
Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competência – Atena	Estimular o autodesenvolvimento dos servidores, aproximando todas as etapas de sua formação (seleção, alocação e treinamento) aos objetivos estratégicos do TCU.	Em andamento
Portal TCU	Tornar disponível, em site mantido pelo Tribunal na Internet, informações de interesse público, conferindo a esse conteúdo padrão visual único e estrutura de navegação.	Encerrado
Sinergia	Conceber, elaborar e implementar <i>datawarehouse</i> com os dados dos sistemas corporativos do TCU.	Encerrado
Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU – Atuar	Aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Gestão de Pessoas às demandas que lhe são apresentadas no exercício de suas funções institucionais.	Em andamento
Projeto de Implementação de Educação a Distância - EaD –	Implementar o processo de educação a distância - EaD, suportado por sistema de gerenciamento de aprendizagem ( <i>Learning</i>	Encerrado

Pégaso	<i>Management System - LMS).</i>	
Implementar Estratégia de Combate à Fraude e à Corrupção no TCU - Combate	Incrementar a capacidade institucional do TCU para prevenir, detectar, investigar e punir a ocorrência de casos de fraude e corrupção no âmbito da Administração Pública.	Em andamento

#### 1.4. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o TCU tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos, entre os quais se destacam os adiante indicados.

**Relatórios institucionais** – Em cada trimestre e anualmente, são elaborados relatórios das atividades do Tribunal, os quais são encaminhados, entre outros, aos parlamentares e a diversos órgãos públicos. Estão disponíveis na página do TCU na Internet.

**Contas Públicas** – O TCU mantém na Internet (Lei nº 9.755/1988) a página contas públicas para divulgação de dados e informações acerca dos gastos realizados pelas diferentes esferas do governo (<http://www.contaspublicas.gov.br>).

**Revista do TCU** – Periódico trimestral utilizado para divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos referentes a assuntos de interesse do controle externo e da administração pública em geral. É distribuída a parlamentares e a diversos órgão públicos. Está disponível na página do TCU na Internet.

**Museu do TCU** – Tem por objetivo preservar e divulgar a história da instituição, de forma dinâmica e interativa com base em acervo composto de peças relacionadas à história do Tribunal, tais como: mobília, documentos escritos com valor histórico, documentos iconográficos, medalhas e condecorações.

**Diálogo Público** – Conjunto de eventos realizados para divulgação e troca de informações entre o TCU, a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos. Vide título 3.3.

Como forma de permitir maior participação social no controle externo exercido pelo Tribunal, o portal TCU na Internet traz a opção “serviços ao cidadão”, onde estão disponíveis instruções para acesso à Ouvidoria do Tribunal. Traz, ainda, a opção “controle social”, com orientações simples sobre como e em que circunstâncias o cidadão pode apresentar denúncia ao TCU.

Tais inovações favorecem a melhor divulgação dos resultados das ações de controle do Tribunal perante a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e mídia.

Entre as ações voltadas para a sociedade, destaca-se o trabalho direcionado ao público estudantil de diversos níveis, que inclui visitas monitoradas de estudantes de ensino fundamental, médio e superior ao Tribunal. Entre as áreas visitadas estão a Sala das Sessões Luciano Brandão Alves de Souza, o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça e o Museu do TCU.

Os sumários executivos também fazem parte da estratégia de divulgação das atividades do Tribunal. São publicações em série que registram o resumo de informações relevantes sobre os programas e as ações fiscalizadas principalmente da área social. O TCU pretende, com essas publicações, ampliar o conhecimento da sociedade sobre os resultados das ações estatais avaliadas. Objetiva, também, aumentar a efetividade do controle, por meio da mobilização da comunidade no acompanhamento dos objetivos, da implementação e dos resultados das políticas públicas.

O quadro a seguir apresenta as principais publicações editadas pelo Tribunal, no ano de 2006.

**Quadro 4**  
**Publicações editadas em 2006**

Item	Publicação
1	Avaliação do TCU Sobre a Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental - Relatório de Avaliação de Programa
2	Avaliação do TCU Sobre a Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental - Sumário Executivo
3	Avaliação do TCU Sobre a Ação Construção de Cisternas Para Armazenamento de Água - Relatório de Avaliação de Programa
4	Avaliação do TCU Sobre a Ação Construção de Cisternas Para Armazenamento de Água - Sumário Executivo
5	Avaliação do TCU Sobre as Ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários - Relatório de Avaliação de Programa
6	Avaliação do TCU Sobre as Ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários - Sumário Executivo
7	Avaliação do TCU Sobre o Programa Governo Eletrônico - Relatório de Avaliação de Programa
8	Avaliação do TCU Sobre o Programa Governo Eletrônico - Sumário Executivo
9	Cartilha de Orientação para os Conselhos de Alimentação Escolar, 4ª Edição
10	Conhecendo o Tribunal de Contas da União, 3ª Edição
11	Licitações & Contratos, Orientações Básicas, reimpressão 3ª Edição
12	Prêmio Serzedello Corrêa 2005 - Monografias Vencedoras
13	Rel. e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo, 2005
14	Rel. e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo, 2005, em volumes encadernados
15	Rel. e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo, 2005, versão eletrônica
16	Revista do Tribunal de Contas da União 105
17	Revista do Tribunal de Contas da União 106
18	Síntese do Rel. e Pareceres Prévios Contas do Governo, 2005



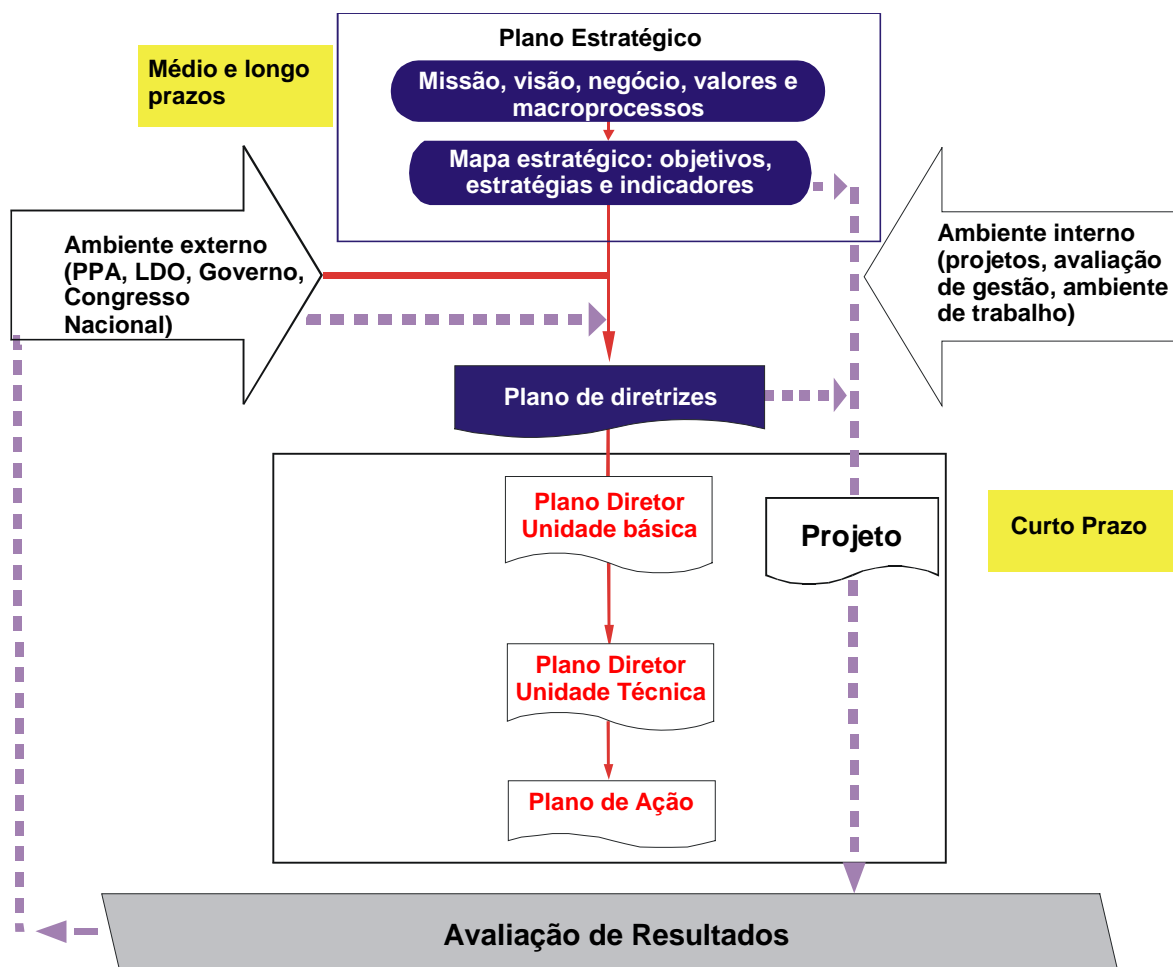
## 2. ESTRATÉGIAS E PLANOS

A estratégia é o meio pelo qual será orientada a execução dos planos da instituição. No setor público, há a necessidade de que a formulação da estratégia leve em consideração as diretrizes de governo e as políticas públicas que se refiram à missão da organização.

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a melhor conhecer as expectativas de seus clientes e a estabelecer prioridades de atuação. O estabelecimento de metas anuais de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais de longo prazo, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da organização.

O Modelo do Sistema de Planejamento e Gestão construído para o Tribunal está alicerçado na combinação das metodologias do Balanced Scorecard (BSC) e do Gerenciamento por Diretrizes (GPD). Graficamente, o modelo está estruturado conforme a figura adiante.

### Modelo do Sistema de Planejamento e Gestão



O modelo de planejamento no âmbito do TCU comporta duas instâncias distintas, mas complementares: o planejamento de longo prazo e o planejamento anual, ambos tratados nos itens adiante.

## **2.1. PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO**

O objetivo do planejamento de longo prazo é traduzir a estratégia do TCU e de suas unidades básicas de forma estruturada e sintética em objetivos, indicadores, metas e iniciativas, de modo a facilitar o seu entendimento, acompanhamento e avaliação.

A consolidação e o aprimoramento contínuo do sistema de planejamento institucional têm contribuído, significativamente, para ampliar e aprimorar a capacidade de resposta a complexas e crescentes demandas apresentadas ao Tribunal. O estabelecimento de metas de longo prazo, o monitoramento e a transparência de indicadores de desempenho e a implementação de projetos de melhoria têm permitido melhorar, ano a ano, os resultados institucionais.

Em 2006, em consonância com o Plano Estratégico do Tribunal (PET – 2006/2010), foi formulada a primeira versão do Plano Estratégico da Secretaria-Geral de Administração. A definição de um referencial estratégico para a área administrativa representou um marco na história da Administração Pública e do TCU e é fundamental para direcionar, impulsionar e mobilizar o Tribunal visando ao aprimoramento permanente de suas ações e formas de atuação, bem como à busca pela otimização, uso racional dos recursos disponíveis e implementação de práticas de gestão alinhadas com princípios de sustentabilidade.

## **2.2. PLANEJAMENTO ANUAL**

O plano de diretrizes do Tribunal, de periodicidade anual, é elaborado a partir das disposições contidas no PET, do ambiente externo e do diagnóstico institucional. Considera informações colhidas em reuniões de reflexão realizadas nas diferentes unidades do Tribunal e nos resultados da auto-avaliação institucional e da pesquisa de satisfação dos servidores. O planejamento anual tem por objetivo o estabelecimento de ações de curto prazo para a execução da estratégia organizacional.

Para o exercício de 2006, definiram-se sete diretrizes, cujo grau geral de alcance foi da ordem de 91%, conforme já especificado no Capítulo 2. As diretrizes referem-se, essencialmente, ao atendimento tempestivo e com qualidade às demandas do Congresso Nacional; à manutenção do fluxo positivo de apreciação conclusiva de processos de controle externo; à contribuição para melhoria da administração pública; ao aumento da efetividade das ações de controle no combate à corrupção, desvio, desperdício e fraude; à redução do tempo médio de atendimento às demandas apresentadas; à ampliação da interação com o público externo e à consolidação de práticas de valorização de todo o corpo funcional.

No que se refere ao processo de formulação do plano anual para o exercício de 2007, algumas inovações decorrentes da incorporação do Balanced Scorecard (BSC) ao planejamento institucional foram incorporadas. As diretrizes a serem estabelecidas foram compostas por objetivos estratégicos priorizados. Assim, as ações a serem implementadas ao longo desse exercício estarão diretamente relacionadas às iniciativas do PET- 2006-2010. Essas inovações têm

por finalidade alinhar o plano anual com o mapa estratégico do TCU, facilitar a comunicação da estratégia institucional e conferir maior foco às ações do Tribunal. As diretrizes constantes do plano estabeleceram metas de desempenho para os seguintes objetivos:

- reduzir o tempo de apreciação de processos;
- atuar de forma seletiva em áreas de risco e relevância;
- ampliar a divulgação de resultados da gestão pública e das ações de controle;
- aperfeiçoar instrumentos de controle e processos de trabalho;
- desenvolver competências gerenciais e profissionais;
- promover a motivação e o comprometimento;
- assegurar adequado suporte logístico às necessidades do TCU.



### **3. CIDADÃOS E SOCIEDADE**

---

A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária a seus clientes, no caso do TCU, ao Congresso Nacional, à sociedade e aos gestores públicos, na condição de usuários de serviços públicos e destinatários da ação decorrente do controle externo.

O interesse da coletividade é o elemento motor da ação do estado, que deve buscar a satisfação dos usuários de serviços públicos, o acerto das políticas de governo e a valorização da cidadania, de modo a permitir que a arrecadação de tributos possa oferecer retornos efetivos à sociedade pátria, consolidando, assim, os valores democráticos que fundam os alicerces da nação brasileira.

Atento à importância do cidadão-cliente no estabelecimento dos rumos deste Tribunal, a instituição oferece a ele meios de interação permitindo que, além de tomar conhecimento das realizações da Casa, em prestígio ao critério da transparência da Administração Pública, atue diretamente junto a Corte de Contas, por meio de mecanismos específicos, tais como denúncias, representações, consultas e demandas do Congresso Nacional.

#### **3.1. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL**

A cooperação entre o TCU e o Congresso Nacional ocorre de diversas formas, destacando-se: o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a cessão de servidores para assessorar comissões parlamentares de inquérito e a emissão de parecer sobre as contas do Governo da República.

##### **3.1.1. Apoio a Comissões do Congresso Nacional**

Durante o ano de 2006, o TCU prestou auxílio aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPI) em curso no Congresso Nacional.

São dignos de registro, nessa vertente de atuação da Corte de Contas, entre outros, os seguintes feitos:

a) encaminhamento à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito “Exploração Sexual” dos resultados da fiscalização realizada no Instituto Zequinha Barbosa, que apontou diversas irregularidades na prestação de contas de convênio firmado entre o aludido Instituto e o Ministério do Esporte. O Tribunal comunicou à senadora Patrícia Saboya Gomes, então Presidente da Comissão, que foi providenciada a instauração de processo de tomada de contas especial para apuração do débito relativo aos achados de auditoria decorrentes;

b) encaminhamento à CPMI dos Correios dos resultados consolidados das auditorias feitas nos Correios, diante de denúncias veiculadas na imprensa em 2005. Como resultado do trabalho, o TCU fez diversas determinações aos Correios e encaminhou cópia da deliberação à respectiva CPMI, à Procuradoria-Geral da

República, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério das Comunicações;

c) constituição de grupo de trabalho, envolvendo servidores do TCU e da Controladoria-Geral da União, a fim de definir a forma e o conteúdo mínimos dos processos que pudessem ser instaurados no âmbito do TCU, em decorrência dos trabalhos da Controladoria executados ante a identificação do esquema de fraude na aquisição descentralizada de unidades móveis de saúde com recursos federais em, aproximadamente, seiscentos municípios e 1.600 convênios.

### **3.1.2. Fiscalização de Obras Públicas**

O TCU encaminhou ao Congresso Nacional relatório consolidado das fiscalizações realizadas em obras públicas no ano de 2006. O resultado desse trabalho, que envolveu cerca de 250 analistas do Tribunal no período de cinco meses, objetivou verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas e de prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2007.

Foram realizadas 259 fiscalizações que abrangeram obras em todas as unidades da federação.

As fiscalizações contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do orçamento geral da União de 2006. A função Transporte, com destaque para a subfunção Transporte Rodoviário, foi a mais expressiva em quantidade de fiscalizações (174 fiscalizações).

O montante de recursos fiscalizados foi superior a R\$ 20,7 bilhões. Nesse aspecto, a função “Energia”, com destaque para a subfunção “Petróleo”, foi o setor que apresentou o maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 16,3 bilhões).

Sob a ótica dos programas orçamentários, verifica-se que o programa “Manutenção da Malha Rodoviária Federal”, com 111 fiscalizações, foi o destaque em quantidade de fiscalizações realizadas.

Os achados das auditorias foram classificados em "com indícios de irregularidades graves", "outras irregularidades" e "sem ressalvas". A primeira condição foi subdividida em “irregularidades graves que recomendam a paralisação da obra (IG-P)” e “irregularidades graves que não recomendam a paralisação da obra (IG-C)”.

Do total das 259 obras objeto de fiscalização, foram identificados 91 casos em que foram apontados indícios de irregularidades graves potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho da obra, o que representa aproximadamente 35% dos empreendimentos fiscalizados. Em outras 139 obras foram identificados indícios de irregularidades, englobando as consideradas graves sem indicativo de paralisação e as classificadas como “outras irregularidades”. Do universo auditado, em apenas 29 situações não foram encontradas ressalvas.

Em relação às unidades orçamentárias que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, a relação entre o número de subtítulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser

observada na tabela a seguir. Todos os empreendimentos fiscalizados no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Ministério do Meio Ambiente apresentaram irregularidades graves do tipo IG-P.

**Quadro 5**  
**Percentual de Fiscalizações com IG-P por Unidade Orçamentária**

Unidade Orçamentária	Obras fiscalizadas	Obras com IG-P	
		Quantidade	%
Depart. Nac. de Obras Contra as Secas	5	5	100,0
Ministério do Meio Ambiente	2	2	100,0
Ministério da Integração Nacional	16	12	75,0
Fundo Nacional de Saúde	3	2	66,7
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	4	2	50,0
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4	2	50,0
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	4	2	50,0
Infraero	10	4	40,0
Depart. Nac. de Infra-Estrutura de Transportes	164	56	34,1

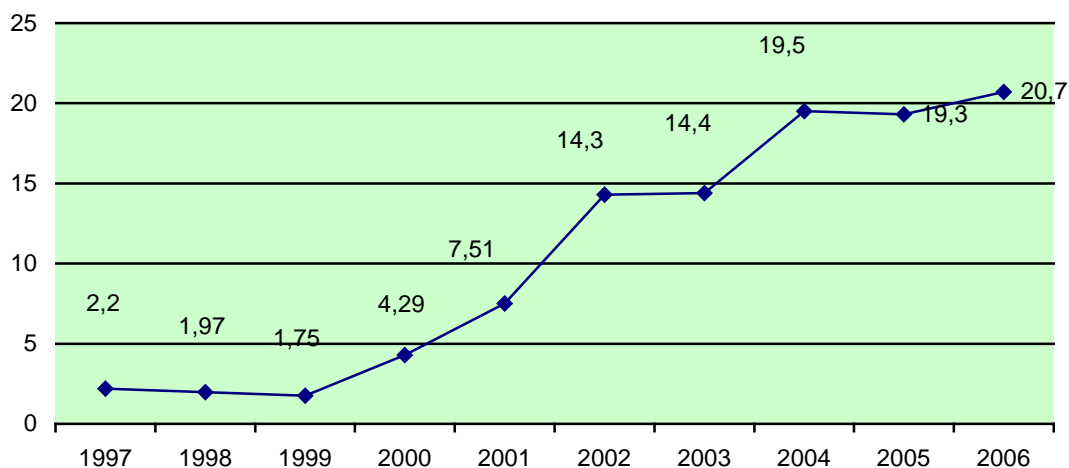
Obs.: constam apenas as unidades orçamentárias com 2 ou mais fiscalizações com irregularidades graves do tipo IG-P.

Alem disso 289 indícios de irregularidades graves passíveis de paralisação de obra, contrato, etc. apontados nas fiscalizações, cerca de 25% referem-se a aspectos ligados ao projeto de engenharia, enquanto que aproximadamente 23% estão relacionados, direta ou indiretamente, a preços ou pagamentos.

O trabalho integrado do TCU com o Congresso Nacional na fiscalização de obras públicas custeadas com recursos federais tem resultado em expressiva economia para o Erário, na medida em que possibilita a correção tempestiva de irregularidades relacionadas, principalmente, a falhas de projetos e a preços elevados.

O gráfico a seguir indica o volume de recursos anuais fiscalizados na área de obras públicas, demonstrando o crescimento ocorrido em 2006 comparativamente ao ano anterior.

**Gráfico 1**  
**Volume de recursos anuais fiscalizados em obras públicas (R\$ bilhões)**



Cabe situar que o quantum orçamentário fiscalizado em 2006 (R\$ 20,7 bilhões) é superior ao examinado no exercício de 2005 (R\$ 19,3 bilhões), embora a quantidade de obras tenha declinado de 415 para 259, tal como indicado no gráfico a seguir. Nota-se, nesse particular, maior atenção conferida pelo TCU ao quesito materialidade nos trabalhos de auditoria de obras públicas.

### 3.2. DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E CONSULTAS

Denúncias, representações e consultas são instrumentos por meio dos quais cidadãos e gestores públicos podem acionar diretamente atuação do TCU.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de processos desse tipo autuados e apreciados em 2006.

**Quadro 6**  
**Representações, Consultas e Denúncias**

<b>Tipo de Processo</b>	<b>Autuados</b>	<b>Apreciados</b>
Representação	2.092	1.642
Consulta	66	59
Denúncia	378	267

### 3.3. DIÁLOGO PÚBLICO

O projeto Diálogo Público teve início no ano de 2003, com o objetivo de aproximar o TCU dos gestores públicos e da sociedade. Foi concebido dentro de projeto mais amplo, o Projeto de Apoio à Modernização do TCU, financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O projeto é definido como um conjunto de ações sistematizadas de relacionamento, divulgação e troca de conhecimentos entre o Tribunal e a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos, com vistas à promoção da cidadania, ao esclarecimento da função de controle do estado e ao aprimoramento da Administração Pública nas diferentes esferas de governo.

O enfoque dos ciclos de palestras e debates, em 2006, foi o terceiro setor, isto é: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), devidamente qualificadas pelo Ministério da Justiça; Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais organizações da sociedade civil que recebam transferências voluntárias do Governo Federal.

Houve também a realização de Diálogo Público para tratar dos temas **A contribuição das avaliações de programas governamentais realizados em 2005, para o fortalecimento do controle social e da governança na administração pública e Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Transportes no Brasil - Perspectivas e Desafios.**

Ao longo do exercício de 2006, foram realizados 29 eventos, em 26 unidades federadas. O Tribunal reuniu mais de 8.000 participantes, com a expressiva média de 276 pessoas por encontro. Também ocorreram reuniões com conselheiros de merenda escolar nos estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Sergipe.



### 3.4. OUVIDORIA

A finalidade da Ouvidoria do TCU é contribuir na melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados, atuando na defesa da observância dos princípios constitucionais e legais nos atos administrativos praticados pelas autoridades, servidores e administradores públicos. À Ouvidoria compete receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação referente a serviço prestado pelo Tribunal ou sobre ato de gestão ou administrativo praticado por agente público jurisdicionado. Compete, ainda, receber e catalogar informações referentes a indícios de irregularidades no uso de recursos públicos. A Ouvidoria recebeu, em 2006, 3.722 chamados, conforme quadro a seguir, que indica a evolução histórica da atuação da Ouvidoria ao longo do período 2004/2006.

Quanto aos tipos de chamados ocorridos, o correspondente detalhamento está estampado no quadro a seguir.

**Quadro 7**  
**Atuação da Ouvidoria**

Tipos de Chamados	2004	2005	2006
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Comunicado de indício de irregularidade	400	1.018	1.442
Solicitações de informação e orientação	800	1.605	2.280
<b>Total</b>	<b>1.200</b>	<b>2.623</b>	<b>3.722</b>

As informações ingressadas na Ouvidoria comunicando indício de irregularidade são encaminhadas ao relator, que as remete à unidade técnica competente para fins de verificação e posterior atuação com representação, quando for o caso.

### 3.5. CONTROLE DA GESTÃO AMBIENTAL

As questões ambientais encontram-se presentes nos mais diversos setores da Administração Pública. O TCU possui unidade exclusiva de controle da gestão ambiental, cuja finalidade é coordenar a estratégia de atuação do Tribunal nessa área. Busca-se com isso facilitar o planejamento e a execução das ações de controle externo relacionadas ao meio ambiente, tornando-os integrados e sistêmicos.

Em fiscalizações realizadas pelo TCU, aspectos relativos à gestão ambiental têm sido objeto de avaliação, o que revela o compromisso do Tribunal com a preservação e a melhoria do meio ambiente. O controle recai tanto sobre as ações que visam à proteção ambiental, quanto aquelas que potencial ou efetivamente causam degradação do meio ambiente.

Ao longo do exercício de 2006 o TCU se fez representar em diversos eventos associados às questões de meio ambiente, cabendo destacar, entre eles, os seguintes:

**Reunião do Comitê Diretor do Grupo de Trabalho em Auditoria Ambiental - WGEA**, da Intosai. O ministro Benjamin Zymler representou o TCU no referido evento, realizado na cidade de Vancouver, Canadá. O Tribunal, membro do Comitê Diretor do grupo, está elaborando, em conjunto com a Auditoria-Geral do Canadá, documento intitulado "*Moving Towards Auditing Biodiversity*", que consiste em roteiro para realização de auditorias ambientais sobre biodiversidade e que deverá ser adotado como documento oficial da Intosai em 2007.

Na oportunidade, foi apresentada e discutida com os membros do Comitê a primeira versão do documento e definidas as próximas etapas e prazos para a conclusão do trabalho. Foi apresentado, ainda, o relatório das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União, na condição de coordenador da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente da Olacefs/Intosai.

III Seminário de Perícias de Crimes Ambientais, promovido pelo Departamento de Polícia Federal. Foi apresentada a estrutura e o funcionamento do controle da gestão ambiental no TCU, bem como os principais trabalhos já realizados ou em andamento.

**Curso de Auditoria Ambiental**, realizado na sede do TCU, entre os dias 20 e 28.11.2006, oferecido pelo Tribunal a auditores de instituições membros da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - Olacefs. O curso contou com a presença de representantes das EFS da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Peru e República Dominicana.

**Ciclo de Estudos em Controle da Gestão Ambiental**, realizado entre os dias 27/11 e 8/12/2006, que contou com a participação de auditores de tribunais de contas de países de língua portuguesa. O evento, organizado pelo TCU, integra o Programa de Atividades de Cooperação da Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para o biênio 2005/2006. Estiveram presentes no treinamento técnicos de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, além de servidores do TCU. O objetivo do ciclo de estudos foi familiarizar os alunos com as mais modernas técnicas utilizadas pelo Tribunal em suas ações de auditoria ambiental.

A tarefa de desenvolver trabalhos de avaliação da atuação estatal na área ambiental não é das mais fáceis, especialmente pelos conhecimentos especializados que são exigidos. De fato, as práticas ambientais no Brasil estão apenas no seu começo e não há conscientização para sua adoção, muitas vezes entendidas como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Por isso mesmo, os desafios a serem enfrentados são enormes.

Sensível a essa questão é que o TCU, por meio da Resolução nº 199 de 287 de Dezembro de 2006, fortaleceu a estrutura responsável pela fiscalização ambiental ao criar diretoria no âmbito da 4º Secex:

Tal diretoria terá as atribuições de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas ao controle da gestão ambiental, consoante a estratégia do Tribunal para atuação na área, além de realizar fiscalizações ambientais e apoiar aquelas realizadas por outras secretarias do Tribunal.

Diante desse contexto, o TCU desenvolve os trabalhos de auditoria na área de meio ambiente de modo a observar não apenas a ação repressiva, mas também considerando a possibilidade de agir preventivamente, evitando a ocorrência de potenciais problemas.



## 4. INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

---

Sem dúvida alguma, o sucesso das organizações públicas e privadas, na atualidade, mantém íntima relação com a sua capacidade de identificar e processar as informações relevantes dos ambientes externo e interno. O adequado gerenciamento de informações é condição imprescindível para que se implemente o modelo público de gestão orientado para resultados.

Como a atividade do TCU está ancorada no uso intensivo de informação e conhecimento, o processo de melhoria da ação institucional é fortemente dependente desse fator. Informação e conhecimento representam a inteligência do Tribunal e tratam de como são processados e avaliados os dados e os fatos do TCU e aqueles provenientes do ambiente externo, que não estão sob seu controle direto, mas, de alguma forma, podem influenciar seu desempenho.

As realizações do TCU na área de tecnologia da informação encontram-se no detalhadas no presente capítulo.

### 4.1. Tecnologia da Informação

As atividades administrativas e de controle externo são cada vez mais dependentes de Tecnologia da Informação (TI). Essa premissa é corroborada e fortalecida no Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União, que estabeleceu a ampliação do uso de tecnologia da informação como parte da sua estratégia de atuação para melhorar a capacidade de resposta institucional às demandas que lhe são apresentadas.

As atividades de tecnologia da informação desenvolvidas no decorrer de 2006 podem ser agrupadas em cinco tópicos: sistemas de informação do TCU, sistemas externos, Portal TCU, infra-estrutura e orçamento de TI.

#### 4.1.1. Sistemas de Informação do TCU

O portfólio de soluções de TI conta atualmente com mais de 130 soluções, em grande parte consistindo de sistemas de informação internos, tratados neste tópico. Completam o acervo tecnológico sistemas externos, *softwares* (ou pacotes) e serviços básicos de TI (infra-estrutura).

No primeiro semestre de 2006, o projeto Diagnóstico coletou mais de 250 críticas e sugestões referentes aos sistemas de informação do TCU. Dessas, aproximadamente 44% referiam-se ao sistema Processus e 16% ao sistema Radar. As informações coletadas foram utilizadas, já em 2006, como base para identificação e solução de problemas desses sistemas, sob a ótica dos usuários. Várias sugestões foram implementadas em 2006 e as demais o serão no decorrer de 2007.

**Radar Comunicações** foi uma nova solução de TI implementada em 2006 para apoio ao controle externo. Permite a geração de mais de oitenta modalidades de ofícios de comunicação, de forma automática, a partir das informações lançadas no sistema Radar.

Também em 2006, foi desenvolvido o sistema **Instrução Eletrônica Simplificada de Contas** (IES). Juntamente com o sistema Siscontas, que permite a coleta eletrônica de contas, compõem a solução de TI que inaugurou o Processo Eletrônico no TCU. Os principais benefícios dessa solução são o aumento da celeridade de instrução e tramitação, maior segurança e melhor sigilo das informações processuais, aumento da produtividade do Tribunal e redução no consumo de papel.

No período, foram feitos vários investimentos no sistema Sisdoc, extrapolando o escopo inicial de substituição do sistema Sisdir. Foram incorporadas funcionalidades adicionais para se tornar a solução de Gerenciamento Eletrônico de Documentos do Tribunal. Essa solução de TI é elemento fundamental para a implantação do processo eletrônico. Esse sistema está em fase de implantação nas unidades do Tribunal.

**Sinergia** é o sistema que consolida dados dos sistemas corporativos do Tribunal, no conceito *data warehouse*. Semanalmente, entrega informações gerenciais de suporte à decisão. Também em 2006, entregou-se o novo módulo **Benefícios do Controle**, atenderam-se demandas evolutivas nos módulos já existentes e implementaram-se ajustes e melhorias nas informações destinadas à Secretaria de Gestão de Pessoas.

**Síntese** é um *data warehouse* que agrega dados de sistemas da Administração Pública Federal e de sistemas corporativos do TCU para fornecer informações consolidadas de fácil acesso para auxílio investigativo nas ações de controle externo. Em dezembro de 2006, o Serpro entregou o sistema Síntese ao TCU. A expectativa é obter benefícios como maior produtividade das unidades técnicas e maior efetividade na detecção de fraudes ao Erário.

Uma vez estabilizado o sistema **Sinergia** e com a entrega do sistema **Síntese**, o TCU poderá obter grandes vantagens no aprimoramento da efetividade do controle externo mediante o uso da tecnologia “mineração de dados” (*data mining*), que explora bases DW para descobrir padrões de correlação entre os dados.

No sistema **Processus**, além de efetuar ajustes demandados pelo projeto Diagnóstico, investiu-se em várias melhorias, cujo funcionamento se dará no início de 2007.

O sistema **Fiscalis Execução** entrou em operação em 2006. Foram treze fiscalizações que usaram essa ferramenta. O **Fiscalis Execução** faz geração automática do relatório da fiscalização a partir das informações digitadas no sistema e também atualiza os dados necessários nos sistemas Radar e Benefícios do Controle. A integração Fiscalis/Radar obtida com o lançamento no sistema Radar, diretamente do sistema Fiscalis, dos onze tipos de deliberações mais utilizadas nas fiscalizações, propiciará benefícios e agilidade operacional às unidades técnicas e garantirá maior consistência na base de dados corporativa do TCU. A integração Fiscalis/Fiscobras, iniciada em 2006, visa a incorporar o sistema Fiscobras ao Fiscalis e a estender a ambos os sistemas as funcionalidades hoje adstritas a apenas um deles.

No sistema **Fiscobras** foram implementadas novas funcionalidades para atender ao Acórdão nº 307/2006, principalmente, no que se refere ao cadastramento de avisos de encaminhamento para o Congresso Nacional, ao controle de prazos e à geração de etiquetas.

As interfaces e o funcionamento do **Sistema de Avaliação de Desempenho** (Sipad) foram refeitos no intuito de racionalizar e facilitar essa responsabilidade a cargo dos avaliadores, assim como das atividades da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Em novembro de 2006, foi entregue o sistema **Patrimônio**, inserido no projeto maior de automação das atividades de compra de bens, almoxarifado, patrimônio e gestão contratual, que já conta com os sistemas Licitações e Contrata. Essa solução de TI facilitará o controle de bens patrimoniais no TCU. Implementa o controle de forma personalizada - inovação na forma de trabalho no controle de bens patrimoniais.

A equipe do projeto “Pégaso” especificou o principal componente de *software*, denominado Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem (*Learning Management System* – LMS), da solução de Educação à Distância do TCU. Esse resultado constituiu o projeto básico usado no processo de contratação em andamento.

#### **4.1.2. Sistemas externos**

Para alcançar sua missão institucional, o Tribunal de Contas da União exerce atividades essencialmente ancoradas na informação e no conhecimento. O acesso às informações existentes na Administração Pública é fundamental, uma vez que permite ampliar o universo a ser fiscalizado e possibilita maior foco para atuação. E diante da generalizada informatização do aparelho estatal, tornou-se imprescindível ao Tribunal estabelecer parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública para acesso a sistemas de informação. Ao final de 2006, o Tribunal tinha acesso a 32 sistemas externos, conforme quadro adiante. Dois sistemas tiveram o acesso viabilizado em 2006: **Rais** e **Infoseg**.

**Relação Anual de Informações Sociais** (Rais) é gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Esse sistema tem como um de seus objetivos suprir necessidades de controle da atividade trabalhista no país. Permite investigar eventuais vínculos existentes entre os responsáveis por uma contratação e os empregados das empresas contratadas.

O **Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública** (Infoseg), rede que integra informações de Justiça, Segurança Pública e Fiscalização nas esferas estadual e federal do governo - sob a coordenação do Ministério da Justiça - tornou-se o mais recente sistema externo acessível pelo Tribunal. O banco de dados do Infoseg armazena cadastros de pessoas envolvidas em inquéritos policiais, mandados de prisão e processos criminais, propiciando rápida localização de pessoas procuradas pela Justiça. Informações sobre veículos, condutores e armas de fogo também estão disponíveis. O Infoseg é usado como subsídio a atividades de fiscalização desenvolvidas no TCU.

**Quadro 8**  
**Sistemas externos acessíveis pelo Tribunal de Contas da União**

Nº	Sigla	Nome do sistema	Provedor	Área de atuação
1	Sisbacen	Sistemas do Banco Central	Banco Central	Controle Externo
2	Siscomex	Sistema de Comércio Exterior	Banco Central	Controle Externo
3	Siasg	Sistema de Administração e Serviços Gerais	MPOG	Controle Externo
4	Sidor	Sistema de Orçamentação	MPOG	Controle Externo
5	SPIU	Sistema de Patrimônio da União	SPU	Controle Externo
6	CPF/CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas	SRF	Controle Externo
7	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira	STN	Controle Externo
8	Siafi Gerencial	Siafi Gerencial	STN	Controle Externo
9	Datalegis	Base de Dados da Legislação Brasileira	Directdata	Controle Externo - acesso a normas
10	Sislex	Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres	INSS	Controle Externo - acesso a normas
11	GLIN	Global Legal Information Network	MJ	Controle Externo - acesso a normas
12	Sisnorma	Sistema de Acompanhamento de Normas	MJ	Controle Externo - acesso a normas
13	Infoseg	Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública	MJ	Controle Externo - auditoria e inteligência
14	Reuters	Sistema de Informações Financeiras	Setec	Controle Externo - auditoria e inteligência
15	Ativa	Sistema Ativa	SFCI	Controle Externo - auditoria e inteligência
16	Sinapi	Sistema Nacional de Preços de Referência	CEF	Controle Externo - fiscalização de obras
17	Siape	Sistema de Administração de Pessoal	MPOG	Controle Externo - fiscalização de pessoal
18	Águia	Sistema de Ajuste de Guias de Arrecadação	INSS	Controle Externo - previdência social
19	CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais	INSS	Controle Externo - previdência social
20	Dívida	Sistema de Acompanhamento da Dívida Ativa	INSS	Controle Externo - previdência social
21	Informar	Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação	INSS	Controle Externo - previdência social
22	Sicob	Sistema de Débito, Parcelamento e Cobrança	INSS	Controle Externo - previdência social
23	Sisben	Sistema Único de Benefícios	INSS	Controle Externo - previdência social
24	Sisobi	Sistema de Controle de Óbitos	INSS	Controle Externo - previdência social
25	RAIS	Relação Anual de Informações Sociais	MTE	Controle Externo - previdência social
26	Cadin	Cadastro de Responsáveis Inadimplentes	Banco Central	Controle Externo - responsabilização pública
27	Renavan	Cadastro Nacional de Veículos	MJ	Controle Externo - responsabilização pública



28	Rede RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas Institucionais	Senado Federal	Área meio - gestão do conhecimento
29	Siafi Educacional	Siafi para treinamento	STN	Área meio - gestão do conhecimento
30	Rede Serpro	Acesso à Rede Serpro	Serpro	Infra-estrutura
31	Tempus Siafi	Transferência de Arquivos do Siafi	Serpro	Infra-estrutura
32	Tempus Siape	Transferência de Arquivos do Siape	Serpro	Infra-estrutura

Ainda em 2006, iniciaram-se os entendimentos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Serpro para utilização **do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens**. Essa solução racionaliza as atividades de requisição, concessão e controle do pagamento de diárias e passagens. Aos administradores proporciona melhor controle da aquisição de passagens e pagamento de diárias.

#### 4.1.3. Portal TCU

O Tribunal de Contas da União mantém o Portal TCU aderente às mais recentes tecnologias e prestando inúmeros serviços à sociedade. Enquanto instrumento estratégico que suporta a gestão do conhecimento institucional, está sendo reformulado no âmbito do projeto “Arquitetura da Informação”, cujos resultados principais se farão visíveis no decorrer de 2007.

Principais conteúdos publicados no Portal TCU em 2006:

- Contas irregulares: relação de responsáveis com contas julgadas irregulares, versão completa e versão encaminhada à Justiça Eleitoral, para fins de inelegibilidade, nos termos da Lei Complementar nº 64/1990. Essa publicação traz o benefício de fomentar o controle social, um dos objetivos estratégicos do TCU;
- Jurisprudência e normativos: as páginas iniciais da jurisprudência sistematizada passaram a integrar o Portal TCU, bem como novas edições do Regimento Interno e das Súmulas do TCU. Também foi desenvolvida nova aplicação para publicar os atos normativos. Tais acréscimos e atualizações objetivam reforçar a função do Portal TCU como repositório fidedigno e completo da jurisprudência do Tribunal;
- Idiomas Inglês e Espanhol: em 2006, o Portal TCU ganhou um conjunto de páginas vertidas para os idiomas inglês e espanhol, aumentando a visibilidade do TCU no exterior;
- Sala de imprensa: central de notícias da Ascom para a imprensa, proporcionando maior aproximação com a mídia para a divulgação dos atos do Tribunal. Rádio TCU e Minuto do TCU na Voz do Brasil também foram incorporados nesse espaço;
- Publicações: passaram a constar as edições do Boletim do Tribunal de Contas da União - BTCU, bem como novas funcionalidades na exibição do Diário Oficial da União, Atas das Sessões e Revista do TCU;
- Museu do TCU: a preservação da memória institucional de modo interativo e dinâmico, objetivo do Museu do TCU, ganhou páginas no Portal TCU, proporcionando maior aproximação com o cidadão.

Estatísticas relacionadas ao Portal TCU, coletadas ao final de 2006, retratam dimensões relevantes dessa solução de TI:

- mais de 2400 páginas publicadas, com cerca de 15% de uso restrito aos servidores do Tribunal, restando em torno de 2000 páginas disponíveis ao cidadão;
- mais de 9500 arquivos, de vários formatos, acessíveis pelo portal;
- média de 200 mil acessos mensais no início de 2006, aumentando em 50% até o final do ano, contabilizando-se 300 mil acessos mensais ou 10 mil por dia, em média. Desse total, aproximadamente 90% são de origem externa ao TCU;
- três máquinas servidoras suportam o portal, cujo volume aproximado de dados é de 6 GB (gigabytes) ou 6 bilhões de caracteres;
- mais de 5300 endereços de e-mail cadastrados para receber novidades do portal;
- 127 gestores de conteúdo habilitados no portal para publicar e atualizar conteúdos;
- 46 páginas vertidas para o idioma inglês e 5 para o espanhol.

#### **4.1.4. Infra-estrutura**

As mais de 130 soluções de TI disponíveis são suportadas por uma extensa e interligada malha de produtos (equipamentos e softwares) que constituem a plataforma computacional. Essa infra-estrutura ainda depende, para sua sustentabilidade, de serviços (suporte técnico, telecomunicações, entre outros) que demandam gestão especializada para assegurar os níveis de serviço contratados.

No segundo semestre de 2006, foram instalados 865 novos computadores em Brasília e 335 nas secretarias nos estados, totalizando 1200 máquinas. No mesmo período, foram instaladas 190 novas impressoras em Brasília e 88 nas secretarias nos estados.

Ao final de 2006, o Tribunal contava com cerca de 3300 computadores pessoais. Desse total, 75% equipados com monitor LCD, com todas as vantagens que isso representa, em termos de conforto e melhores condições de saúde aos usuários, bem como em termos de economia de energia elétrica. Adicionalmente, o TCU dispõe de 162 computadores portáteis (notebooks) para auxiliar nas atividades de fiscalização.

À solução Correio Eletrônico do Tribunal foi incorporada significativa melhoria em 2006. Foi implementada configuração automática que permite ao usuário da Rede TCU acessar a caixa de correio a partir de qualquer computador na rede local.

Para obter, já no início de 2007, os benefícios proporcionados pela solução denominada "Login Integrado" no Portal TCU, foi desenvolvido amplo trabalho de integração entre sistemas. Essa solução dispensa fornecimento de usuário e senha a cada novo programa acessado. Além disso, a solução

implementa novos protocolos para reforçar a segurança das transações eletrônicas.

Em abril de 2006, a solução Videoconferência teve o aceite definitivo. Com ela, o TCU ganhou em agilidade de comunicação institucional, consideradas as 26 secretarias nos estados.

As secretarias nos estados ainda foram beneficiadas com ampliação da capacidade do link de comunicação com a sede. O ganho foi da ordem de 3 a 8 vezes.

Em maio de 2006, com a aquisição da solução de TI denominada “Switch camada 7”, a plataforma computacional do TCU passou a contar com alta disponibilidade e balanceamento de carga entre os dois servidores de acesso à Internet. Adicionalmente, a capacidade da banda de acesso à Internet foi duplicada em dezembro de 2006, passando de 4 para 8 Mbps (megabits por segundo).

Infovia Brasília - rede de fibra óptica para comunicação digital, gradualmente ligando todos os prédios que sediam órgãos públicos na capital federal, com capacidade de banda de 1 Gbps (gigabits por segundo). A contratação, em 2006, da construção da infra-estrutura para conexão a essa rede possibilitará a interconexão digital do TCU com os demais órgãos da Administração Pública de forma mais segura, econômica e com grande ampliação da capacidade de tráfego de dados.

O acelerado crescimento da informatização no TCU trouxe gargalos nos dispositivos de armazenamento de dados, os quais tiveram demanda muito ampliada com recentes soluções de TI: Gerenciamento Eletrônico de Documentos e Data Warehouse. Para adequação desses recursos, a capacidade de armazenamento da plataforma computacional do TCU foi duplicada no mês de dezembro de 2006, passando para 6,6 terabytes (trilhões de caracteres).

Em agosto de 2006, foi melhorada a infra-estrutura do banco de dados corporativo com o objetivo de conferir maior disponibilidade (tolerância à parada de um servidor) e melhor desempenho (balanceamento de carga entre os dois servidores).

#### **4.1.5. Orçamento de TI**

O orçamento de TI em 2006 foi da ordem de R\$ 15,3 milhões, com previsão de elevação para R\$ 18,3 milhões em 2007, acréscimo de aproximadamente 19% em relação ao ano anterior.

O quadro a seguir apresenta a distribuição do orçamento de TI nas três rubricas básicas.

**Quadro 9**  
**Orçamento de TI**

<b>Orçamento</b>	<b>2006</b>		<b>2007</b>	
	<b>R\$ milhões</b>	<b>%</b>	<b>R\$ milhões</b>	<b>%</b>
Permanente	5,75	37,5%	5,70	31,1%
Consumo	1,37	8,9%	1,30	7,1%
Serviços	8,23	53,6%	11,30	61,8%
<b>TOTAL</b>	<b>15,35</b>	<b>100%</b>	<b>18,30</b>	<b>100%</b>

## 5. PESSOAS

---

No setor público, a preparação e o adequado aparelhamento das pessoas para o desempenho de suas atribuições funcionais, ao lado da devida valorização do esforço laboral do servidor, constituem aspectos críticos para o sucesso da organização.

A valorização das pessoas representa importante diferencial para as organizações de sucesso. São as pessoas, capacitadas e motivadas, que operam os processos de uma instituição e fazem com que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

No caso do TCU, o Tribunal, por meio de ações específicas, prepara e estimula as pessoas a desenvolver seu potencial, o que concorre para criar ambiente seguro e saudável que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual.

Informações sobre as práticas gerenciais relacionadas à gestão de pessoas, o quadro de pessoal do TCU, a capacitação de servidores, a qualidade de vida do servidor e a avaliação do bem-estar profissional encontram-se a seguir detalhadas.

### 5.1. Gestão de Pessoas

No intuito de alinhar sua política de recursos humanos com as tendências relativas à gestão de pessoas, o Tribunal instituiu o projeto de Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU (Atuar). O objetivo do projeto é aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) às demandas que lhe são pertinentes em razão de suas competências institucionais.

No âmbito do projeto, entre as contratações realizadas em 2006, duas merecem destaque. Uma está associada ao contrato firmado com a empresa Price WaterhouseCoopers International Services Ltda., contratada para desenvolver, especificar e implantar modelo de gestão de clima organizacional no TCU. De acordo com o cronograma, as atividades serão executadas até o segundo semestre de 2007. Outra, está vinculada à contratação da Fundação Instituto de Administração (FIA), para ministrar curso de pós-graduação lato sensu em gestão de pessoas. O curso tem a duração prevista de 360 horas e contempla aspectos atinentes à gestão de pessoas no Tribunal, em sintonia com o referencial estratégico, a política e as práticas na área.

A FIA, segundo a 100ª edição da revista *Você S/A*, de outubro de 2006, teve o seu curso de especialização em recursos humanos classificado em 1º lugar entre os cursos congêneres no Brasil. Com a realização dos serviços contratados, e considerando os requisitos de qualidade previstos nos documentos editais, estão sendo implementadas ações fundamentais para a modernização dos serviços prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Outra iniciativa de grande relevância na área de gestão de pessoas é o Projeto Pessoa, cujo objetivo é desenvolver conjunto de soluções de tecnologia da informação, com vistas à manutenção dos sistemas de Gestão de Recursos

Humanos (GRH), Avaliação de Desempenho (Sipad) e Folha de Pagamento (Folha). Também consta como meta do projeto dar início ao desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas (SGP), que visa substituir gradualmente, no médio e longo prazos, os demais sistemas já citados. Atualmente, as estatísticas acerca da execução do Pessoa indicam que já foram executados 54% do previsto para a Folha, 21% do previsto para o Sipad, 60% do previsto para o GRH e 62% do requerido para atividades de natureza crítica e imediata, perfazendo 48% do total das metas previstas no projeto.

Há que se destacar, ainda, as ações associadas ao Projeto Atena, cujo objetivo geral é definir modelo de gestão de pessoas por competências, de modo a estimular o autodesenvolvimento dos servidores e de propiciar o alinhamento de diversas práticas (ações de seleção, alocação e integração, desenvolvimento, mobilidade e realocação, gestão do desempenho, reconhecimento e desligamento) às estratégias institucionais.

No curso do exercício de 2006, a título de execução do referido projeto, foram concluídos os seguintes produtos: “competências técnicas descritas” e “programa de desenvolvimento de competências gerenciais”. Os trabalhos relativos aos produtos “processos de gestão de pessoas por competências”, “dicionário de competências”, “perfis profissionais avaliados”, “programa de desenvolvimento de competências pessoais” e “guia de desenvolvimento elaborado” encontravam-se em andamento.

Vale frisar que, desde 2005, como fruto das ações do Projeto Atena, os candidatos aprovados nos concursos promovidos pelo TCU são submetidos a processo de mapeamento de perfil profissional, composto de entrevistas individuais, identificação de personalidade ocupacional e análise de currículo. Isso significa que, em vez de os interessados indicarem as unidades de interesse para fins de lotação, o procedimento utilizado é de que eles manifestem as atividades com as quais possuem maior afinidade.

Feito isso, os perfis profissionais mapeados são analisados frente às características de perfis requeridas nas diferentes unidades que estão demandando novos servidores. A partir desse cotejo de informações é que ocorrem as indicações para fins de alocação.

Oportuno registrar o início do programa de liderança e gestão sustentável do TCU. Dito programa foi estruturado em três módulos, a saber: o primeiro encampa os assuntos pertinentes ao indivíduo, à organização e ao papel do gestor e líder; o segundo diz respeito aos diálogos de gestão e à comunicação influenciadora; e o terceiro refere-se ao re-conhecimento do TCU e à excelência em resultados sustentáveis.

Faz parte da metodologia do programa a utilização de uma agenda de aprendizagem onde o gestor transforma os conhecimentos, habilidades e comportamentos exercitados nos módulos em proposta de ação, idéias e soluções aplicáveis ao cotidiano do trabalho e a sua realidade pessoal, de gestor e líder de pessoas.

## 5.2. QUADRO DE PESSOAL

Ao final de 2006, o quadro de pessoal da Secretaria do TCU contava com 2.420 cargos efetivos, dos quais 2.381 estavam ocupados. Ao quadro efetivo foram incorporados, durante o ano de 2006, 100 novos cargos de Analista de Controle Externo (ACE) criados pela Lei nº 10.799, de 10 de dezembro de 2003, preenchidos no decorrer do exercício.

**Quadro 10**  
**Quadro de pessoal do Tribunal**

<b>Cargos</b>	<b>Efetivo Previsto</b>	<b>Cargos Ocupados</b>	<b>Cargos Vagos</b>
ACE-Controle Externo	1.317	1.304	13
ACE-Tecnologia da Informação	90	88	2
ACE-Biblioteconomia	13	13	0
ACE-Enfermagem	1	1	0
ACE-Engenharia	3	3	0
ACE-Medicina	10	10	0
ACE-Nutrição	1	1	0
ACE-Psicologia	1	1	0
Subtotal ACE	1.436	1.421	15
TCE-Controle Externo	195	185	10
TCE-Técnica Administrativa	636	624	12
TCE-Técnica Operacional	115	114	1
TCE-Tecnologia da Informação	11	11	0
TCE-Enfermagem	7	7	0
Subtotal TCE	964	941	23
AUX-Técnica Operacional	20	19	1
<b>Total</b>	<b>2.420</b>	<b>2.381</b>	<b>39</b>

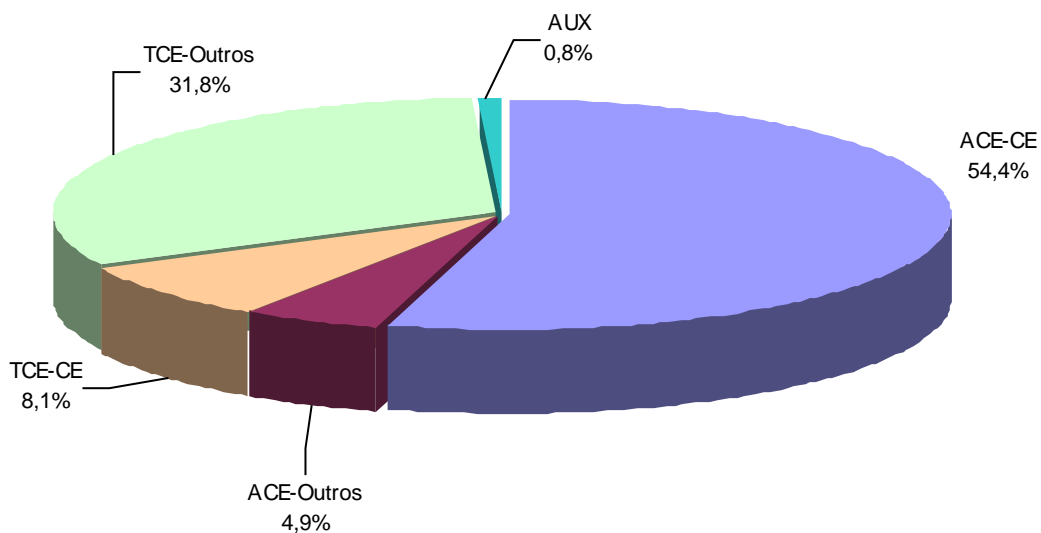
**Quadro 11**  
**Servidores ativos, inativos, pensionistas e cargos em comissão**

<b>Detalhamento</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>
Ativos	2.381	58,8
Inativos	1.229	30,3
Pensionistas	424	10,5
Cargos em comissão	18	0,4
<b>Total</b>	<b>4.052</b>	<b>100%</b>

O gráfico adiante apresenta a distribuição do quadro de pessoal do TCU.

**Gráfico 2**

**Distribuição dos cargos aprovados do quadro de pessoal**



Em 2006, foram providos, por meio de concurso público, 170 cargos de analista de controle externo para áreas de controle externo e apoio técnico e administrativo e sete cargos de técnicos de controle externo para a área de apoio técnico e administrativo. No mesmo período, houve recondução de um analista de controle externo – área de controle externo.

Foi publicada, também, a Resolução – TCU nº 187, de 5 de abril de 2006, a qual dispõe sobre a política de gestão de pessoas no TCU.

O quadro a seguir apresenta a distribuição de lotação dos servidores, por cargo.



**Quadro 12**  
**Lotação dos servidores**

Cargo	Segecex			Gabinetes e MP (Sede)	Unid. de Apoio (Sede)	Total
	Sede	Estados	Total			
ACE-CE	493	480	973	133	198	1.304
ACE-outros	1	1	2	0	115	117
TCE-CE	30	56	86	11	88	185
TCE-outros/ AUX.	69	167	236	78	461	775
<b>TOTAL</b>	<b>593</b>	<b>704</b>	<b>1.297</b>	<b>222</b>	<b>862</b>	<b>2.381</b>

Do quadro anterior, destaca-se que 55% dos servidores estão lotados em unidades que integram a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex). Os gabinetes de autoridades e do MPTCU são contemplados com 9% do quadro de pessoal e 36% dos servidores integram a Segepres, a Segedam e a Secoi.

### **5.3. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

O TCU tem conferido ênfase significativa para as atividades de treinamento e de aperfeiçoamento de seu corpo técnico. A educação continuada, a profissionalização e o auto desenvolvimento dos servidores públicos são fatores essenciais à promoção de mudanças permanentes na Administração Pública e melhoria dos padrões de desempenho.

A unidade responsável pela implementação de ações voltadas para a educação corporativa e gestão do conhecimento organizacional é o Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

No que se refere à capacitação e ao desenvolvimento profissional, foram realizados, no ano de 2006, 287 eventos, com oferta de 1.516 vagas para servidores do TCU. Também houve 351 treinamentos promovidos por outras entidades, com a oferta de 779 vagas para servidores da Casa.

Cabe salientar, ainda, que, como parte integrante dos concursos de ingresso de novos servidores no quadro de pessoal do TCU, são realizados pela Escola Nacional e Internacional de Controle e Fiscalização/ISC Programas de Formação. No exercício de 2006, houve a realização dos Programas de Formação para analistas de controle externo (ACE) e técnicos de controle externo (TCE), nos períodos de 02/05 a 30/06/2006 e 21/8 a 09/09/2006, respectivamente. Os Programas de Formação levados a termo no citado exercício englobaram 199 eventos, direcionados para 187 participantes.

### **5.4. QUALIDADE DE VIDA**

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam bem desempenhar suas atividades.

Nesse aspecto, o Tribunal incentiva e oferece oportunidades de participação a todos os servidores para a identificação de fatores que interferem na qualidade de vida e no nível de satisfação.

Com vistas a disseminar informações relacionadas ao bem-estar físico e mental do homem contemporâneo frente aos desafios que lhe são inerentes, especialmente no que se refere à prevenção da doença e manutenção da saúde, o TCU promoveu, no período de 30 de maio a 1º de junho de 2006, a “II Semana de Saúde do TCU”, que contou com a participação de servidores ativos, inativos e de seus familiares. Ações como palestras e oficinas de criatividade propiciaram reflexões sobre a qualidade de vida no trabalho e promoveram maior integração entre os servidores.

As palestras proferidas, na aludida oportunidade, trataram dos seguintes temas: “Renovando a Vida”, “Sexualidade e Qualidade de Vida” e o “O Estresse na Vida Moderna”.

A II Semana de Saúde foi aberta pelo ministro Adylson Motta, o qual, na ocasião, consignou a importância de ações de promoção de qualidade de vida nas organizações.

Durante a semana em que se deu o evento, foi promovido o “Circuito Vida”, que permitiu a avaliação do risco cardiológico, avaliação nutricional e do nível de estresse, com aferição da pressão arterial, glicemia e colesterol de cada servidor participante. Na ocasião, foi firmado o compromisso de serem encaminhados aos participantes do circuito vida os resultados da avaliação do nível de estresse, a fim de que pudessem melhor orientar seus hábitos de vida.

O mês de outubro foi denominado em 2006 o “Mês do Servidor”. Em tal período, ocorreram diversos eventos no intuito de valorizar o servidor e promover a integração na Casa, tais como: gincana entre os servidores, peças de teatro, dia da família, oportunidade em que os servidores trouxeram seus filhos para o ambiente de trabalho, realização de caminhada ecológica e “Mostra de Talentos”, com exposição de fotografias dos servidores e dependentes. Ao final, realizou-se “Sarau de Talentos”.

Ainda no que se refere à qualidade de vida, são realizadas, no Tribunal, ações psicossociais, de promoção de saúde, que privilegiam uma visão integral do ser humano, compreendendo as dimensões física, psicológica e social. No que concerne a ações psicossociais, os principais motivos de procura à equipe responsável pela qualidade de vida no trabalho no TCU são estresse, depressão, dificuldades de relacionamento interpessoal (no ambiente de trabalho ou na família), utilização de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas) pelo servidor ou familiar, transtornos mentais, adaptação ao setor de trabalho ou a mudanças de lotação, problemas financeiros e afastamentos médicos em geral. Também são realizadas visitas domiciliares e hospitalares a servidores cujo quadro clínico e funcional exige maior atenção.

Além disso, existe, no TCU, à disposição dos servidores, um grupo terapêutico que utiliza a metodologia da Terapia Comunitária e que tem como objetivos promover a integração e valorizar as diferenças e os referenciais positivos de cada pessoa. As reuniões são quinzenais e buscam-se possíveis

soluções para os problemas compartilhados entre os participantes. Ao longo de 2006, foram realizadas 17 sessões, com a participação de 120 pessoas.

Há também o programa “Acontece Aqui”. São eventos promovidos com o intuito de melhorar o relacionamento interpessoal entre os servidores, bem como despertar no servidor a necessidade da busca de novos interesses na vida pessoal, o que poderá contribuir para um melhor desempenho funcional. Em 2006, foram realizadas 12 oficinas, com a participação de 178 servidores e dependentes. Também foram realizadas duas palestras: “Saúde na Família e na Comunidade”, com o Prof. Adalberto Barreto e “Ano novo vida nova”, com o Dr. Fernando Blumm, médico do TCU.

Em relação à promoção da saúde bucal, foram realizados, em 2006, 616 atendimentos clínicos, entre diferentes procedimentos. Ainda em 2006, foi realizada uma pesquisa de satisfação por parte dos usuários do serviço, a qual atingiu o índice de 95% de satisfação total com o atendimento. Foram promovidas, também, publicações de artigos informativos no União e palestras acerca da saúde bucal da gestante e do bebê.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações: “Programa Ginástica Laboral”, de caráter preventivo, realizado nos locais de trabalho, em grupo, com o objetivo de prevenir o surgimento de doenças ocupacionais, de promover a melhoria dos padrões de saúde e do nível de satisfação dos servidores; programa “Tá na Mesa”, com enfoque na reeducação alimentar; grupo de diabetes, que informa, orienta, e propõe mudanças de hábitos para melhora da sintomatologia e manutenção da saúde do servidor portador de diabetes; berçário, que visa a conferir tranquilidade e qualidade de vida às mães e bebês e evita deslocamentos excessivos em horários de amamentação e grupo de gestantes, que busca informar, orientar e auxiliar as gestantes na compreensão das peculiaridades da gravidez, do puerpério, dos cuidados com o recém-nascido e, sobretudo, do primeiro ano de vida.

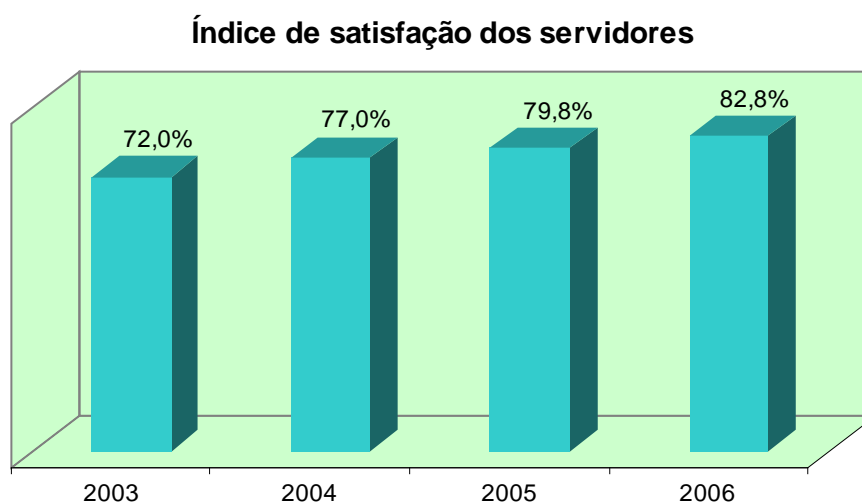
## **5.5. AVALIAÇÃO DE BEM-ESTAR DO PROFISSIONAL**

A “Avaliação de Bem-Estar do Profissional” substituiu a “Pesquisa de Satisfação do Servidor” realizada entre 2000 e 2005. Referido instrumental será um dos pilares para a implantação da gestão do clima organizacional a partir do exercício de 2007.

A avaliação em questão concentrou-se em cinco dimensões: Condições de Trabalho, Gestão da Unidade, Valorização do Servidor, Relacionamento Interpessoal, Natureza do Trabalho e Auto-conceito do servidor.

Participaram da pesquisa 1.112 colaboradores, o que corresponde a 47,16% do quadro funcional do TCU. Os resultados obtidos foram bem positivos, eis que se alcançou um índice de satisfação global de 82,8%.

**Gráfico 3**



De acordo com o quadro abaixo, que identifica os itens que obtiveram maior e menor percentual de avaliação, observa-se que duas das cinco questões melhores avaliadas pertencem à categoria Gestão da Unidade. Os respondentes percebem um ótimo relacionamento entre as chefias e os servidores.

**Quadro 13**  
**Questões que apresentaram maior e menor percentual de satisfação**

	<b>Pergunta</b>	<b>Grupo Temático</b>	<b>Percentual de satisfação</b>
<b>Maiores percentuais</b>	Cordialidade e respeito com que a minha chefia me trata	Gestão da Unidade	94,25%
	Responsabilidade que o meu trabalho exige	Natureza do trabalho	91,5%
	Relacionamento entre mim e a minha chefia imediata	Gestão da Unidade	91,5%
	Flexibilidade atual do horário de trabalho	Condições de trabalho	90%
	Relacionamento existente mim e meus colegas de trabalho	Relacionamento Interpessoal	90%
<b>Menores percentuais</b>	Oportunidades para participação em treinamentos, cursos e eventos diversos	Condições de trabalho	69,75%
	Qualidade das atividades oferecidas para a capacitação e o aprimoramento profissional dos servidores	Condições de trabalho	69,5%
	Informações que recebo de outras unidades para a execução eficaz das minhas atividades	Condições de trabalho	69%
	Quantidade de atividades oferecidas para a capacitação e o aprimoramento profissional dos servidores	Condições de trabalho	67,75%
	Interação e colaboração entre as unidades para facilitar o compartilhamento de informações	Condições de trabalho	66%

A Avaliação de Bem-estar do Profissional 2006 trouxe, como uma das inovações, bloco de questões referentes à pesquisa de satisfação de 2005. Essas questões buscavam identificar qual o percentual dos respondentes que havia

participado da pesquisa de 2005, se eles haviam acompanhado os resultados da pesquisa anterior e, finalmente, se acreditavam que pesquisas dessa natureza poderiam proporcionar melhorias ao TCU.

Quase 60% dos respondentes da avaliação de 2006 participaram da pesquisa de 2005 e cerca da metade deles acompanharam os resultados da pesquisa passada. Cabe destacar, ainda, que cerca de 63% dos respondentes acredita que a pesquisa trouxe resultados importantes.



## 6. PROCESSOS

A organização pública, voltada para o atendimento da sua missão, necessita funcionar de modo integrado, com todas as suas ações sistematizadas e direcionadas para a consecução de seus objetivos institucionais.

Sob essa condição, processo de trabalho é um conjunto de atividades logicamente interligadas que geram produtos ou serviços. No caso do TCU, no qual a atividade fim é o controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais, para a implementação das suas ações finalísticas há que se contar com o indissociável concurso das áreas de apoio, cujos procedimentos administrativos são considerados, nesse enfoque, processo de apoio.

Na seqüência, encontram-se apresentadas as realizações do Tribunal de Contas da União em termos de ações de controle externo e da gestão orçamentária e financeira.

### 6.1. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

Os ingentes esforços empreendidos pelas organizações públicas federais, para aperfeiçoar a forma de atuação e de assegurar resultados mais efetivos à ação do estado, têm sido, em parte, ofuscados, ante as constantes práticas ilícitas que são perpetradas contra o Erário federal.

O TCU, no exercício de suas competências constitucionais, atento à dinâmica dos acontecimentos relacionados à Administração Pública federal, tem empreendido significativos esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado de modo a identificar e responsabilizar os agentes que, de alguma forma, tenham concorrido, direta ou indiretamente, para a dilapidação do patrimônio público.

No esteio dessa convicção é que as ações do controle externo ao longo do exercício de 2006 foram direcionadas para o fortalecimento das ações fiscalizadoras, assim como para a ampliação do número de processos julgados.

O quadro adiante detalha o quantitativo de processos de controle externo apreciado em 2006, agrupado por tipo de processo.

**Quadro 14**  
**Processos apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recursos**

Classe de Assunto	2004	2005	2006
Tomada e prestação de contas anuais	2.097	1.451	1.366
Tomada de contas especial	1.372	1.460	1.712
Denúncia	177	204	267
Consulta	29	24	59
Representação	892	1.203	1.642
Solicitação do Congresso Nacional	50	66	76

Fiscalização	681	610	580
Outros assuntos	837	874	2.313
<b>Total</b>	<b>6.135</b>	<b>5.892</b>	<b>8.015</b>

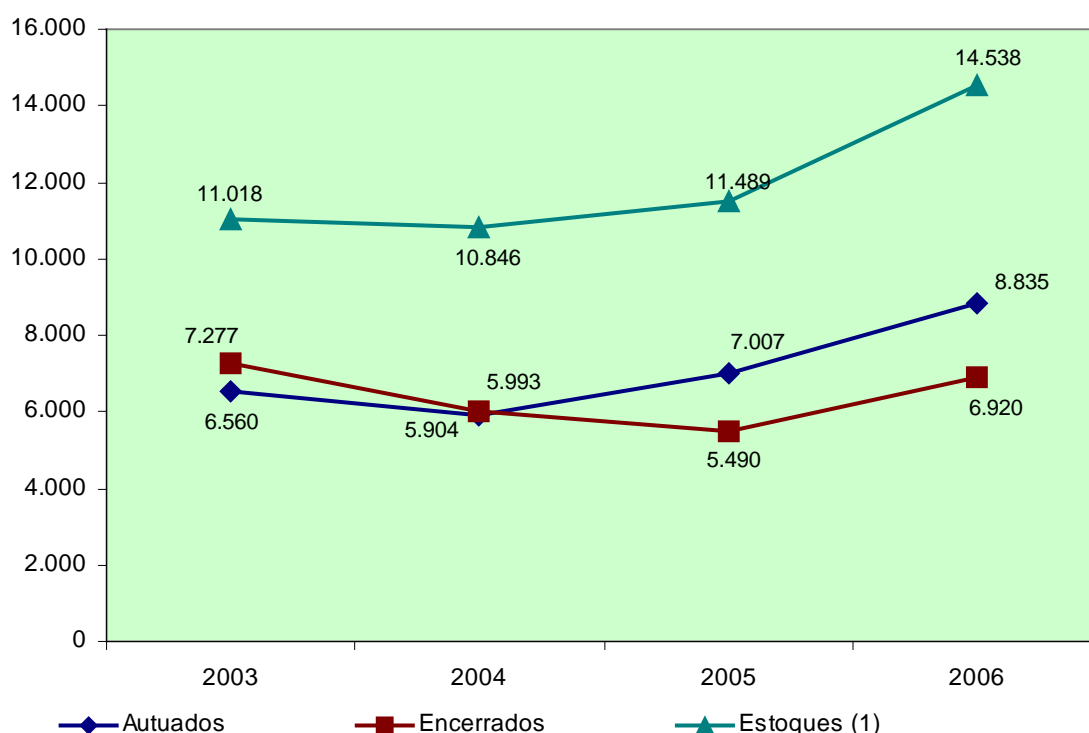
Cabe destacar que a elevação da quantidade de processos apreciados no ano de 2006 deveu-se, essencialmente, à autuação sistemática de processos de solicitação, por força da Resolução nº 191, de 2006. Tais processos, cujo objeto é de simples atendimento, são apreciados de forma célere e por isso, impactam positivamente no quantitativo de processos apreciados.

Notas

- 1) As apreciações relativas a pessoal foram contabilizadas no Quadro 18.
- 2) Outros assuntos: acompanhamento, apartado, comunicação, contratos e convênios, declaração de bens e rendas, desestatização, monitoramento, solicitação e solicitação de certidão.

O gráfico 4 apresenta o fluxo de processos de controle externo do TCU, exceto pessoal.

**Gráfico 4**  
**Fluxo de processos de controle externo, exceto pessoal**



Nota: Estoque apurado em 31.12 de cada ano.

### 6.1.1. CONTAS

Em 2006, foram julgados conclusivamente 1.366 processos de contas ordinárias (tomada e prestação de contas anual) e 1.712 processos de tomada de contas especial. Desse total, 1.195 processos tiveram as contas julgadas irregulares, o correspondente a 39% dos processos de contas julgados, índice que reclama maior preocupação no atendimento às diretrizes de combate à corrupção,



desvios e fraudes, bem como colaboração para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

O quadro a seguir informa o montante de condenações e sanções aplicadas no ano de 2006.

**Quadro 15**  
**Condenações e sanções aplicadas**

<b>Natureza</b>	<b>Processos</b>	<b>Resp.</b>	<b>Débito</b>	<b>Multa</b>	<b>Total (R\$)</b>
Tomada de contas especial	1.128	1.391	476.268.834,07	19.722.876,51	495.991.710,58
Tomada de contas	28	42	1.910.984,54	150.028,80	2.061.013,34
Prestação de contas	39	79	2.781.098,65	326.082,05	3.107.180,70
Subtotal – Contas irregulares	1.195	1.512	480.960.917,26	20.198.987,36	501.159.904,62
Outros processos	98	220		1.464.821,08	1.464.821,08
<b>Total</b>	<b>1.293</b>	<b>1.732</b>	<b>480.960.917,26</b>	<b>21.663.808,44</b>	<b>502.624.725,70</b>

Em relação às condenações e sanções aplicadas, provenientes de julgamento pela irregularidade das contas no ano de 2006, foram condenados 1.732 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, no montante superior a R\$ 502 milhões. A média por responsável foi de cerca de R\$ 290 mil.

Vale destacar que, no primeiro semestre de 2006, o TCU passou a adotar a Guia de Recolhimento da União (GRU), em substituição ao Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), para efeito de recolhimento ao Tesouro Nacional de multas e débitos imputados pelo Tribunal.

A GRU pode ser emitida pelas unidades do TCU ou pelo próprio interessado em efetuar o pagamento, mediante acesso ao portal da Secretaria do Tesouro Nacional. A utilização da referida guia permite maior garantia quanto ao efetivo recolhimento dos valores devidos, assim como propicia consulta aos pagamentos efetivados por meio do Siafi e o registro automático dos pagamentos para fins gerenciais e estatísticos.

Em obediência ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU –, foram remetidas, ao Ministério Público da União (MPU), em 2006, cópia dos autos de 953 processos. Ao julgar irregulares as contas, e diante da verificação de dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, o Tribunal encaminha cópia dos autos ao MPU para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis. Em 2006, cerca de 74% dos processos com julgamento pela irregularidade enquadravam-se nessa situação.

Quanto às inovações normativas na área de controle externo, compete destacar a edição da Instrução Normativa nº 50, de novembro de 2006, a qual dispõe a respeito do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União sobre as atividades de gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Avanço significativo alcançado no exercício foi o início de produção do Sistema Instrução Eletrônica Simplificada de Contas (IES), desenvolvido por

servidores da Casa. No exercício de 2005, já havia sido implementada a coleta eletrônica dos processos de contas anuais, exercício de 2004, pertinente aos Comandos Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, procedimento levado a termo por meio do Sistema de Coleta Eletrônica de Tomada e Prestação de Contas (Siscontas).

No presente estágio, o sistema IES atende ao objetivo de realizar instrução e tramitação eletrônica das contas coletadas pelo sistema Siscontas. Além disso, possibilita a seus usuários a visualização no computador de todas as peças do processo. No que atine à atividade de instrução, permite registrar proposta de encaminhamento pelo analista, aprovação por dirigente de unidade técnica, por ministro-relator e deliberação do colegiado competente.

O sistema IES também gera a relação e os respectivos acórdãos numerados. A relação é armazenada na base de documentos eletrônicos do TCU (GED/SisDoc). Após o julgamento, o processo é tramitado para a secretaria de origem.

Está programada para o exercício de 2007 a instrução eletrônica de processos de atos de pessoal, os quais já estão sendo regularmente coletados em meio digital.

### 6.1.2. COBRANÇA EXECUTIVA (CBEX)

A Resolução – TCU nº 178, de 24 de agosto de 2005, estabelece os procedimentos para a autuação de processos de cobrança executiva e para a organização da documentação a ser remetida aos órgãos e entidades responsáveis pela execução dos acórdãos condenatórios do TCU.

No exercício de 2006, foram formalizados 2.112 processos de CBEX. No curso do aludido exercício, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 2.118 títulos executivos, cujo montante alcançou o valor de R\$ 354.841.547,05, sendo R\$ 342.186.053,34 originários de débitos e R\$ 12.655.493,71 de multas. O quadro seguinte relaciona os órgãos executores aos quais foram encaminhados os títulos executivos em 2006, com vistas a dar prosseguimento e efetividade ao processo de recuperação de créditos, por meio da execução das decisões do TCU junto ao Poder Judiciário.

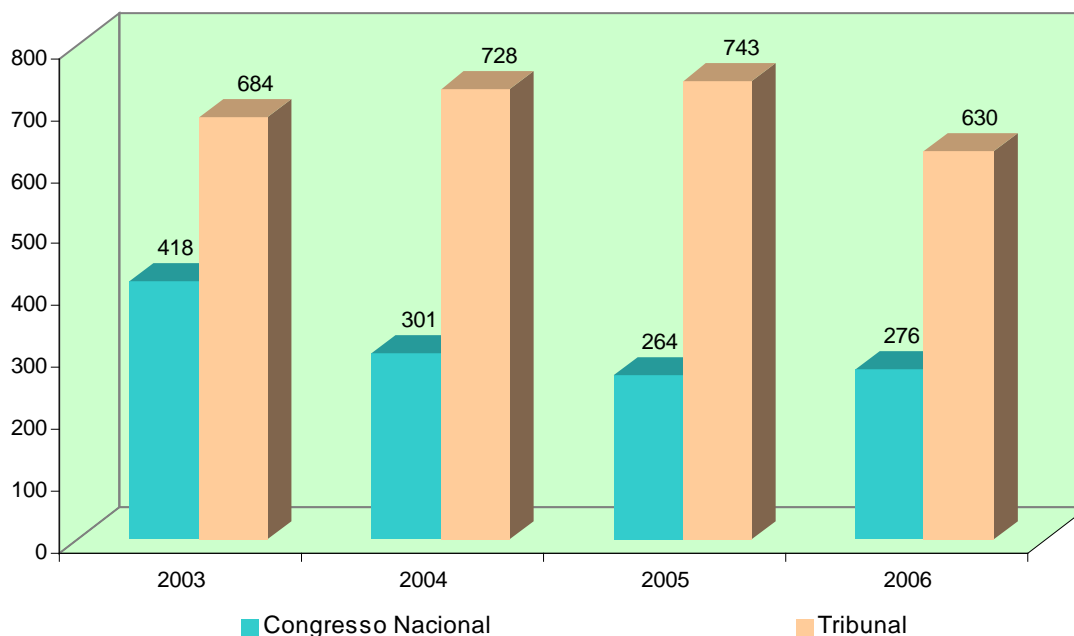
**Quadro 16**  
**Encaminhamento de títulos executivos aos órgãos executores**

Executor	Processos	Valores	% valores
AGU	1.512	193.612.320,97	54,6%
FNDE	430	99.052.108,62	27,9%
CEF	69	36.398.489,15	10,2%
Outros	107	25.778.628,31	7,3%
<b>Total</b>	<b>2.118</b>	<b>354.841.547,05</b>	<b>100%</b>

### 6.1.3. FISCALIZAÇÕES

O gráfico a seguir mostra o quantitativo de fiscalizações realizadas no período 2003/2006, discriminando as de iniciativa do próprio Tribunal e aquelas originadas por demanda do Congresso Nacional.

**Gráfico 5**  
**Fiscalizações realizadas por iniciativa**



O quadro a seguir detalha as fiscalizações realizadas por tipo de instrumento (período 2004/2006), assim como especifica o esforço nelas empregado, medido pelo indicador homens-dia de fiscalização (HDF). Aludido indicador logrou superar a meta estabelecida para o exercício, já que alcançou o patamar de realização de 142%, como assinalado no tópico específico (6.1.9.).

**Quadro 17**  
**Fiscalizações realizadas**

Instrumento	2004			2005			2006		
	Qtde	HDF	%	Qtde	HDF	%	Qtde	HDF	%
Acompanhamento	51	1.886	5,3%	81	2.504	5,6%	39	1.052	2,8%
Auditoria	175	12.022	34,0%	214	21.812	49,1%	193	15.814	41,8%
Inspeção	338	7.607	21,5%	315	7.417	16,7%	300	8.334	22,0%
Levantamento	363	11.225	31,7%	309	10.285	23,2%	323	10.928	28,9%
Monitoramento	102	2.633	7,4%	88	2.403	5,4%	51	1.735	4,6%
<b>TOTAL</b>	<b>1.029</b>	<b>35.373</b>		<b>1.007</b>	<b>44.421</b>		<b>906</b>	<b>37.863</b>	

As áreas de fiscalização mais representativas, no biênio 2005/2006, encontram-se indicadas no quadro abaixo.

**Quadro 18**  
**Áreas fiscalizadas**

ÁREA	Participação %			
	2005		2006	
	Qtde	%	Qtde	%
Obras e serviços de engenharia	330	20,1%	301	20,4%
Contratos	320	19,5%	223	15,1%
Licitações	229	14,0%	160	10,8%
Convênios/transferências voluntárias	152	9,3%	203	13,8%
Procedimentos administrativos	135	8,2%	84	5,7%
Pessoal	83	5,1%	80	5,4%
Controles internos	78	4,8%	74	5,0%
Programas de governo	52	3,2%	57	3,9%
Outras áreas	260	15,8%	294	19,9%
<b>Total</b>	<b>1639</b>	<b>100%</b>	<b>1476</b>	<b>100%</b>

Nota: uma auditoria pode contemplar mais de uma área, razão pela qual o total de áreas pode ser superior ao de quantidade de fiscalizações realizadas.

Entre os importantes trabalhos de fiscalização realizados pelo TCU no exercício de 2006, merecem destaque os seguintes feitos:

Consolidação das Fiscalizações no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse).

O Governo Federal, por meio da Portaria Dnit nº 1.806/2005, instituiu o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse), com o objetivo de restabelecer a integridade física e as condições de trafegabilidade e segurança para os usuários das rodovias integrantes do Sistema Nacional de Viação.

Os recursos para a realização do programa, iniciado em janeiro de 2006, foram autorizados por três medidas provisórias, que abriram créditos extraordinários no valor de R\$ 410.803.900,32. As obras e serviços compreenderam uma extensão de 27 mil quilômetros de rodovias federais, distribuídos em 23 unidades federadas e no Distrito Federal.

A portaria de instituição do Petse sofreu diversas alterações ao longo do programa, em função da edição de medidas provisórias. Tal fato foi indicativo de planejamento precário, que ensejou a necessidade de sua adequação com as ações já em andamento e dificultou a execução das obras e serviços e dos procedimentos de fiscalização efetuados pelo próprio Dnit.

Ao apreciar o processo nº 003.695/2006-7, que deu origem ao Acórdão nº 686/2006 – Plenário, de 10/5/2006, o Tribunal de Contas da União concluiu o relatório de avaliação do Petse.

As fiscalizações realizadas pelo TCU compreenderam 103 itens do Petse, analisados em 101 fiscalizações, envolvendo uma extensão de 10,8 mil quilômetros de estradas, com um volume de recursos aplicados da ordem de R\$ 242 milhões.

Quanto à ocorrência de indícios de irregularidade, o quadro adiante apresenta o quantitativo de fiscalizações agrupadas por tipo de indício encontrado, de forma que fiscalizações alocadas no grupo de maior gravidade podem também possuir outros indícios de menor gravidade. Cabe destacar que em 79% das fiscalizações realizadas foram detectadas irregularidades graves.

**Quadro 19**  
**Classificação das fiscalizações quanto aos indícios de irregularidade**

Ocorrências	Quantidade de Fiscalizações
Irregularidade graves com proposta de paralisação (IG-P)	48
Irregularidade graves sem proposta de paralisação (IG-C)	32
Outras irregularidades	13
Sem irregularidades	8
<b>Total</b>	<b>101</b>

As principais irregularidade apontadas foram: deficiência na fiscalização e supervisão da obra (51,7%), execução orçamentaria irregular (15%), projeto básico deficiente ou inexistente com risco de dano ao Erário (15%) e celebração irregular de contratos (16,7%).

Para algumas obras incluídas no programa, o TCU detectou irregularidades na realização de contratação direta. Nesses casos em que houve dispensa irregular de licitação, como também para as obras em que, embora fosse admissível a dispensa de licitação, esta foi decorrente de desídia dos administradores, os gestores devem ser responsabilizados.

Além disso, nas obras em que não houve dispensa de licitação e foram utilizados recursos oriundos de crédito extraordinário, o Tribunal constatou que em 37,7% das obras fiscalizadas, que estavam nessa situação, o trecho rodoviário estava em boas condições de tráfego, não justificando a utilização de recursos do crédito extraordinário, os quais só devem ser utilizados se atendidos os requisitos de urgência e imprevisibilidade. Tal fato deve ser considerado quando da apreciação das contas do Presidente da República e do julgamento das contas do Diretor-Geral do Dnit.

Outro ponto avaliado pelo TCU diz respeito à autorização e à execução orçamentária das ações de conservação do patrimônio rodoviário federal. Essas ações deveriam ter tratamento prioritário em relação aos novos investimentos, conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto da LDO 2006, entretanto, permite aplicação de recursos em novos projetos de construção rodoviária, sem atentar para a prioridade estabelecida para as despesas de conservação rodoviária.

Em conjunto com as ações de conservação, sob pena de desperdício do dinheiro público, deveriam ser assegurados recursos para a implantação de sistema de pesagem de veículos eficiente que cubra toda a malha rodoviária federal. Os prejuízos anuais causados pela ausência do controle de peso são estimados em cerca de R\$ 1,5 bilhão.

A instituição da CIDE-Combustíveis teve por objetivo assegurar a alocação permanente de recursos para o setor de infra-estrutura de transportes, entre outras áreas definidas na Constituição, mas sua regulamentação, por meio da Lei nº 10.636/2002, não teve a eficácia desejada. Foi constatado pelo TCU que os recursos da CIDE-Combustíveis não são integralmente aplicados nas áreas previstas e que o "saldo" disponível é suficiente para dotar toda a malha rodoviária federal de boas condições de trafegabilidade.

### **Auditorias no Setor Aeronáutico**

Frente a grave crise enfrentada pelo sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro, com sérias conseqüências para a população e, em particular, para os usuários do transporte aéreo e na expectativa de que o Erário pudesse ser atingido, direta ou indiretamente, em razão de ações indenizatórias, ainda que por meio de ações regressivas promovidas pelas empresas aéreas, o ministro Marcos Vinícios Vilaça, na sessão plenária de 14/11/2006, propôs a realização de auditorias para que se levantasse a real situação do setor aeronáutico brasileiro.

Diante da proposta, o TCU iniciou, no dia 20/11/2006, trabalhos de fiscalização no setor aéreo brasileiro para identificar os pontos centrais do estrangulamento do sistema. Para esse fim, foram auditadas as seguintes unidades jurisdicionadas: Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica (COMAer), Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

No rol dos achados de auditoria foi consignado que o chamado "apagão aéreo" resultou de sucessivos equívocos, tais como: cortes nas propostas orçamentárias do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea); contingenciamento de recursos para o setor; inércia quanto às necessidades de expansão e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e a ineficiente política de alocação de recursos humanos no controle do tráfego aéreo. Também foi evidenciado deficiência na gestão de pessoal e de equipamentos de controle de tráfego aéreo; falta de articulação entre os diversos órgãos governamentais, falhas na outorga de concessão para prestação de serviço aéreo de passageiros; e, ainda, discrepâncias entre arrecadação, repartição das receitas e responsabilidades da Infraero e do COMAer na segurança e no controle de tráfego. Mediante a retenção indevida de receitas tarifárias, a Infraero deixou de repassar ao COMAer, nos últimos seis anos, cerca de R\$ 580 milhões.

Por meio do Acórdão 2420/Plenário, de 12/12/2006, o TCU deliberou no sentido de que o Ministério da Defesa: a) envie esforços em conjunto com o COMAer para viabilizar auditoria extraordinária, por parte da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, no âmbito do Programa Universal da Vigilância da Segurança Operacional - Puvso; b) adote providências visando à atuação articulada na implementação da Política Nacional de Aviação, em especial, o funcionamento do Conselho Nacional de Aviação Civil - Conac; c) institua

procedimento periódico para averiguar a conformidade da gestão da Infraero nas retenções dos recursos das tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea - TAN, de Uso das Comunicações e dos Auxílios rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo - TAT, e do Adicional de Tarifa Aeroportuária - Ataero; e d) reavalie, em conjunto com o COMAer e a Infraero, os percentuais devidos a esses dois órgãos, decorrentes das tarifas TAN, TAT e Ataero. Ao Comando da Aeronáutica determinou que estude a viabilidade da separação lateral nas aerovias, em adição à separação vertical existente; busque atender as necessidades de pessoal do Sisceab e reavalie o planejamento do custeio desse Sistema; e, à Infraero, que faculte ao COMAer o acesso aos dados e sistemas de arrecadação das tarifas TAN, TAT e Ataero correspondente. O Tribunal ainda determinou à Secretaria do Tesouro Nacional que avalie a possibilidade de inserir os procedimentos e dados relativos às tarifas TAN e TAT, no SIAFI; e que a Casa Civil da Presidência da República e os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa estudem com urgência a conveniência da criação de carreira específica de controlador de voo, aí incluindo o regime de dedicação exclusiva. O TCU também recomendou à Casa Civil da Presidência da República que realize estudos com vistas à implantação de um Sistema Integrado de Coordenação e Gestão de Políticas de Infra-estrutura de Transportes, com a definição de órgão central e de órgãos setoriais e de execução (TC nº 026.789/2006-9, Acórdão 2420/Plenário, de 12.12.2006).

Considerado o caráter preliminar da fiscalização efetuada, os órgãos e as entidades objeto dessa auditoria serão alvo de futuras fiscalizações, com maior amplitude e aprofundamento dos diversos temas envolvidos.

Ainda no trimestre, o TCU, ao responder consulta formulada pelo Comando da Aeronáutica, informou que é possível, em caráter de urgência, contratar com inexigibilidade de licitação os serviços de controladores de tráfego aéreo, como forma de solucionar os problemas de atrasos e de cancelamento de vôos.

#### 6.1.4. Atos de Pessoal

O quadro adiante retrata o quantitativo de atos de pessoal apreciados no ano de 2006.

**Quadro 20**  
**Atos de pessoal apreciados**

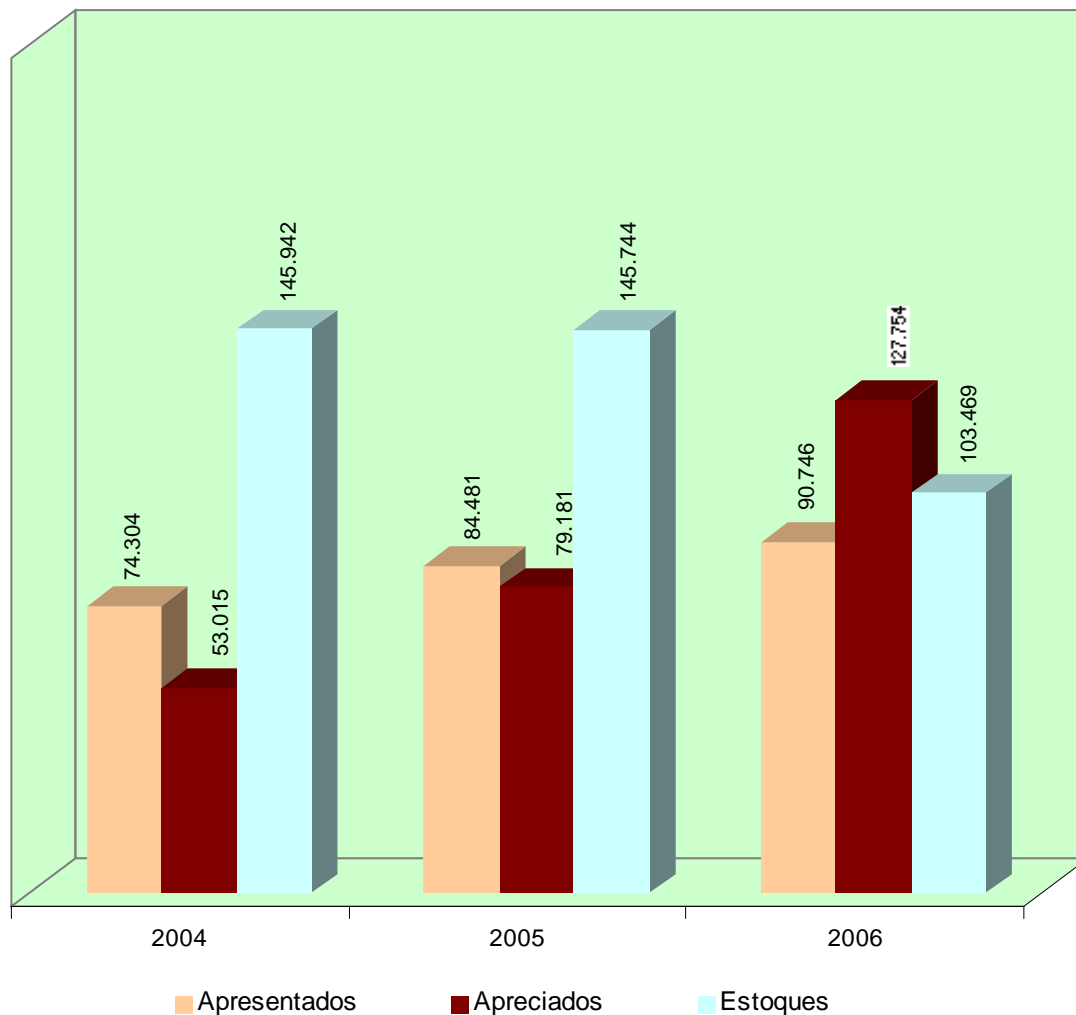
<b>Tipo de ato</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Admissão	37.261	67.431	67.481
Aposentadoria e reforma	10.920	10.177	33.637
Pensão civil e militar	4.482	1.448	26.636
Atos não-Sisac	352	125	-----
<b>Total</b>	<b>53.015</b>	<b>79.181</b>	<b>127.754</b>

Do total de 127.754 atos de pessoal apreciados em 2006, 52,8% referem-se a atos de admissão e os outros 47,2% a atos de aposentadoria, reforma e pensão civil e militar.

No gráfico abaixo, tem-se a evolução histórica da quantidade dos atos de pessoal apresentados, apreciados e em estoque, ao longo do período 2004/2006.

Cabe salientar a significativa redução do estoque de processos dessa natureza, no exercício de 2006.

**Gráfico 6**  
**Fluxo histórico de atos de pessoal**



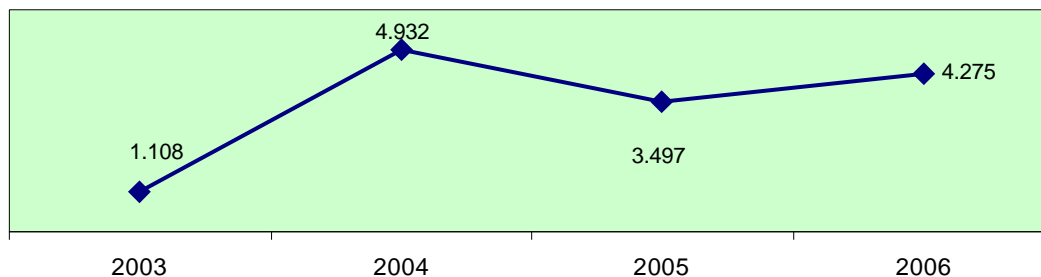
**Nota: 1) Estoque apurado em 31/12/2006**

**2) valores apurados apenas em relação a atos registrados no sistema Sisac**

Nos três últimos anos, o TCU destinou especial atenção aos atos com indício de ilegalidade, como pode ser visualizado no gráfico 7. Muito embora a análise desses atos requeira mais rigor, o que confere maior complexidade ao exame, o quantitativo geral de atos apreciados tem apresentado crescimento desde 2004. Tal realização, como destacado no tópico 6.1.9, permitiu superar a meta originalmente estabelecida para o ano de 2006, a qual, quando concebida, já se renunciava ousada.



**Gráfico 7**  
**Atos de pessoal julgados ilegais**



Nota:

- 1) Valores expressos em quantidade de atos;
- 2) Os atos julgados mais de uma vez foram considerados do ano de seu último julgamento.

### 6.1.5. RECURSOS

A possibilidade de revisão das decisões proferidas pelo TCU favorece o saneamento das falhas porventura existentes no processo.

O atendimento ao princípio do duplo grau de jurisdição é uma evidência de que o processo pauta pela garantia da boa justiça, em consonância com os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal.

Os motivos que ensejam a reforma, no todo ou em parte, das decisões do Tribunal são as denominadas causas de provimento de recursos, que podem ser classificadas, basicamente, em dois grupos.

Integram o primeiro grupo as causas derivadas de erro de procedimento (*error in procedendo*). Esse tipo de erro decorre do descumprimento de alguma norma procedimental ou mesmo da ocorrência de qualquer causa de nulidade do processo. Nesse caso, o vício é de natureza formal, o que leva à invalidação do ato processual sem que ocorra o exame do mérito do processo.

O segundo grupo de causas alude ao mérito da matéria *sub judice*. Cuida das questões fundamentais, de fato ou de direito, que constituem o objeto do litígio.

Nesse campo, são inúmeras as causas que conduzem ao provimento das peças recursais. Elas podem ser classificadas, de forma geral, no âmbito do TCU, da seguinte forma:

- apresentação de novos argumentos ou documentos probatórios;
- falsidade ou insuficiência de documentos em que se fundou a decisão;
- novo juízo de valor acerca do *quantum* da multa aplicada ou sua exclusão;
- obscuridade, omissão ou contradição na decisão atacada;
- falha na responsabilização ou na imputação de responsabilidade ao recorrente;

- alteração do entendimento do TCU em razão de evolução jurisprudencial no âmbito desta Corte, bem assim de decisões do STF, STJ ou em face da edição de lei nova.

No exercício de 2006, foram proferidas 1.525 deliberações conclusivas em processos em grau de recurso, o que possibilitou a superação da correspondente meta anual, eis que o valor realizado alcançou o equivalente a 117% do programado.

O quadro seguinte detalha o perfil das peças recursais apreciadas em 2006. Vale ressaltar que, neste caso, a estatística se refere a peças recursais e não a processos, como indicado no parágrafo antecedente. Cada processo em grau de recurso pode possuir uma ou mais peça recursal.

**Quadro 21**  
**Peças recursais apreciadas**

Peças recursais apreciadas	Qtd.	%
Providas	608	29
Não providas	1.144	54,5
Não conhecidas	347	16,5
<b>Total</b>	<b>2.099</b>	<b>100,0</b>

Os percentuais das principais causas de provimento de recurso no decorrer do exercício de 2006 podem ser visualizado no quadro a seguir:

**Quadro 22**  
**Principais causas de provimento de recursos em 2006**

Principais motivos de provimento de recurso	Percentual
Apresentação de novos argumentos ou documentos comprobatórios	55%
Obscuridade, omissão ou contradição na decisão atacada	13%
Erro de procedimento	4%
Novo juízo de valor acerca do <i>quantum</i> da multa aplicada	4%
Alteração do entendimento firmado pelo TCU	18%
Falsidade ou insuficiência de documentos em que se fundou a decisão	0%

Ao término do exercício de 2006, o estoque existente na Secretaria de Recursos era de 507 processos, o que representou uma redução de cerca de 4,7% comparativamente ao quantitativo restante ao final de 2005 (532 processos).

#### **6.1.6. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO**

A avaliação de programas de governo tem por finalidade verificar se a aplicação de recursos estatais tem alcançado os objetivos fixados. Busca, com isso, identificar pontos que podem ser utilizados como padrão de aferimento, bem como oportunidades de melhoria.

O próximo apresenta a relação dos programas governamentais julgados e, também, aqueles cuja fiscalizações foram iniciadas em 2006.

**Quadro 23**  
**Programas governamentais fiscalizados**

<b>Programas julgados em 2006</b>
1. Manutenção de Hidrovias
2. Segundo Tempo
3. Bolsa-Família
4. Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
5. Saneamento Básico
6. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
7. Programa Doação, Captação e Transplante de Órgão e Tecidos
8. Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica – Ação de Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental
9. Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água
10. Programa de Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários
11. Governo Eletrônico
12. Irrigação e Drenagem (3º monitoramento)
13. Sistema Único de Segurança Pública (1º monitoramento)
14. Assistência Farmacêutica – Ação Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (1º monitoramento)
15. Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (1º monitoramento)
16. Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário – Ação Profissionalização do Preso (3º monitoramento)
17. Ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra
18. Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase
19. Cadastro Único (3º monitoramento)
20. Banco de Alimentos (1º monitoramento)
21. Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei
<b>Avaliações iniciadas em 2006</b>
1. Resíduos Sólidos Urbanos
2. Secretaria Federal de Controle Interno – CGU/PR
3. Programa Nacional Saúde do Escolar (impacto)
4. Morar Melhor
5. Atenção à Saúde Mental (1º monitoramento)
6. Assistências a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (1º monitoramento)
7. Sentinela (2º monitoramento)
8. Mecanismos de Resoluções de Controvérsias no Âmbito do Mercosul, da Bolívia e do Chile
9. Alfabetização Solidária (impacto)
10. Amazônia Sustentável – Apoio às Comunidades Agroextrativistas (3º monitoramento)
11. Agente Jovem (3º monitoramento)
12. Bolsa Família (Acompanhamento)
13. Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes
14. Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
15. Geologia do Brasil
17. Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura
18. Ações de Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias
19. Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

O Tribunal, ao apreciar as fiscalizações de programas, normalmente faz recomendações, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas. Em regra, é feito o monitoramento, por três anos, do cumprimento das deliberações.

A atividade de avaliação de programas no TCU foi escopo do Projeto de Aperfeiçoamento do Controle Externo com Foco na Desigualdade Social (Cerds), que teve início em setembro de 2002, com duração prevista de cinco anos. A iniciativa conta com o apoio do Department For International Development (DFID), agência britânica de cooperação técnica.

No exercício de 2006, o Dfid promoveu uma oficina de avaliação do Cerds, com a participação de representantes dos TCEs da Bahia e de Pernambuco. O resultado do trabalho revelou o sucesso da parceria do Dfid com o TCU.

Ao longo do exercício, encontravam-se em andamento no âmbito do Projeto Cerds, as seguintes atividades:

a) revisão do manual de ANOp, elaboração de documento técnico sobre grupo focal e estudo de caso;

b) revisão da versão em espanhol do curso ANOp a distância;

c) elaboração de proposta de projeto de colaboração técnica com o Banco Mundial na área de capacitação em avaliação de impacto de programas e políticas públicas;

d) parceria piloto com o Departamento de Psicologia da UnB na área de metodologia de pesquisa em avaliação de programa, visando assinatura de termo de cooperação técnica;

e) implementação, em parceria com o Dfid, do “Projeto de Capacitação em Avaliação de Programas Públicos”, com ênfase na “Promoção da Equidade” (Procappe), aprovado pelo presidente do TCU na **X Reunião da Comissão Mista da Organização das EFS dos países do Mercosul, Bolívia e Chile**, em 9 de dezembro de 2005.

### **6.1.7. AVALIAÇÃO DE DESESTATIZAÇÕES**

O Tribunal, no exercício de suas competências, acompanha, fiscaliza e avalia as desestatizações realizadas pelo Governo Federal, compreendendo a privatização de empresas e instituições financeiras e a concessão, permissão e autorização para exploração de serviço público.

A fiscalização dos processos de desestatização ocorre mediante ritos específicos para acompanhamento de privatização e para acompanhamento de delegação para exploração de serviços públicos, previstos nos normativos expedidos pelo TCU. As privatizações são acompanhadas em cinco estágios, definidos na IN nº 27, de 2 de dezembro de 1998. As delegações de serviços públicos, por sua vez, são fiscalizadas em duas etapas, em consonância com a Instrução Normativa nº 46, de 25 de agosto 2004 de (concessão para exploração de rodovias) e com a IN 27, de 1998 (demais delegações de serviços públicos)

São alguns dos benefícios decorrentes da ação fiscalizadora do TCU reavaliação do preço mínimo, revisões tarifárias dos setores elétrico e de transporte e revisão dos critérios técnicos de venda dos blocos de exploração de petróleo.

Em 2006, foram apreciados, de forma conclusiva, 65 processos relativos a desestatizações. Entre esses processos, cabe destacar o referente à representação formulada por membro do Ministério Público Federal (TC-005.132/2004-5), acerca de possível inobservância, por parte da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), quanto à determinação firmada no subitem 8.3.4 da Decisão TCU nº 1648/2002 – Plenário (TC-014.824/2000-8), no sentido de que promovesse o acompanhamento da implementação do termo de compromisso firmado entre a Concessionária Novadutra e a Prefeitura de Jacareí, de forma que não houvesse a alocação no fluxo de caixa da concessão de investimentos não previstos no Plano de Exploração de Rodovias (PER), ou que não significassem benefícios diretos para os usuários da rodovia.

Em sede do TC-005.132/2004-5, por meio do Acórdão Plenário 567/2006, o aludido Colegiado determinou ANTT que efetue, no prazo de sessenta dias, levantamento das obras incluídas no subitem “6.4 – Outros Melhoramentos da Rodovia” do fluxo de caixa da concessão da Rodovia Nova Dutra, desde de 1996, objetivando excluir os investimentos que, porventura, beneficiaram apenas um determinado município e não os usuários da rodovia, nos termos do subitem 8.3.4 da Decisão TCU nº 1648/2002-Plenário.

Determinou ainda o Tribunal que a ANTT, caso necessário, promova a revisão contratual, à época do reajuste anual, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Tais medidas permitirão maior controle das obras realizadas pelo concessionário e, caso se verifique que tais obras não beneficiem apenas a um determinado município, a revisão das tarifas de pedágio determinada pelo TCU poderá ensejar uma redução nos valores pagos pelos usuários.

O TCU realizou, também, Auditoria de Natureza Operacional (ANOp) na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em cumprimento aos acórdãos nºs 168/2005 e 1.536/2005 – Plenário, para avaliar a atuação da entidade no acompanhamento da qualidade da prestação dos serviços de telefonia fixa e móvel. A auditoria realizada teve como principal enfoque o direito subjetivo público dos usuários de serem atendidos com o devido padrão de qualidade, ainda que se reconheça a existência de ações da Anatel nesse aspecto.

Mediante o Acórdão nº 2109/2006, exarado na sessão ordinária do Plenário de 14/11/2006, o TCU expediu uma série de determinações e recomendações à Anatel, com o fim de sanar os problemas observados na auditoria em tela. Destacam-se entre as determinações:

a) apresentação ao TCU, de proposta de revisão da regulamentação relativa à qualidade da prestação de serviços de telecomunicações regulados por aquela Agência, com vistas a adequá-la a padrões de qualidade compatíveis com as exigências dos usuários, segundo a percepção de qualidade requerida por esses;

b) apresentação, nos estudos relativos aos requisitos de qualidade exigidos pelos usuários, de disposições que busquem inibir a ocorrência e a recorrência das reclamações mais registradas pelos *call centers* das operadoras de telefonia e pelos órgãos de defesa do consumidor;

c) apresentação de plano de revisão dos processos de fiscalização das metas de qualidade;

d) apresentação de plano de reformulação dos processos sancionatórios.

Durante o ano de 2006, o TCU executou o Projeto de Controle Externo das Parcerias Público-Privadas (PPP), cujo principal objetivo foi desenvolver metodologia para análise da outorga e para o acompanhamento da execução dos contratos de PPP.

No âmbito desse projeto, foram concluídas as seguintes atividades:

a) a realização de pesquisa de metodologias e sistemáticas de controle das PPPs em outras Entidades de Fiscalização Superior (EFS);

b) o desenvolvimento de metodologia e sistemática adaptada à atuação do TCU, para controle das PPPs;

c) a validação da sistemática e da metodologia para a análise da outorga e o acompanhamento da execução contratual das PPPs;

d) a elaboração de propostas de instrução normativa específicas contemplando o controle externo das concessões patrocinadas e das administrativas, as duas modalidades de PPP previstas na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Cabe destacar que parte da sistemática proposta já foi utilizada em exames do processo de outorga de concessão patrocinada da rodovia BR-116/BR-324 que interliga Minas Gerais à Bahia (TC-014.654/2006) e do processo de outorga de concessão administrativa para a construção do Datacenter do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (TC-009.004/2006-0). As análises desses processos tiveram por base os principais entendimentos firmados no âmbito do Projeto de PPP e os normativos internos em vigor: IN-TCU nº 46/2004 e IN-TCU nº 27/1998.

### **6.1.8. CONTAS DO GOVERNO**

Uma das mais importantes atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União é a apreciação e a emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas que o Presidente da República, nos termos do art. 71, inciso I, da Constituição Federal, deve prestar anualmente.

Por força do art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, o TCU também aprecia as contas dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores do Poder Judiciário, do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do chefe do Ministério Público Federal.

Para tanto, o TCU elabora relatório contendo o resultado das análises efetuadas na gestão dos recursos aplicados pelos poderes da República em confronto com as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução orçamentária e financeira dos orçamentos públicos federais, além de considerar as disposições do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além dos exames efetuados pelo TCU em documentos, balanços e demonstrativos contábeis encaminhados pelos órgãos dos três poderes, o Tribunal também realiza levantamentos e auditorias para subsidiar os pareceres a serem emitidos.

As contas referentes ao exercício 2005 tiveram como relator o ministro Valmir Campelo. Para as contas de 2006, foi sorteado como relator o ministro Ubiratan Aguiar.

Relativamente ao exercício de 2005, o TCU concluiu que os órgãos dos três poderes observaram os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública; que os balanços demonstraram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2005, e que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Excetua-se, no entanto, as ressalvas assinaladas nas contas do Poder Executivo.

Diante disso, e considerando que as ressalvas indicadas na conclusão do Relatório, embora não constituíssem motivo maior que impedissem a aprovação das Contas do Poder Executivo, iriam requerer a adoção das medidas saneadoras pertinentes, o Plenário do TCU aprovou, em sessão extraordinária de 1º/6/2006, por unanimidade, o relatório e pareceres prévios das Contas do Governo - exercício 2005.

O ministro Adylson Motta, presidente do TCU, à época, acompanhado dos ministros Valmir Campelo e do Relator das referidas contas, entregou, no dia 14/6/2006, ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, o relatório e pareceres prévios sobre as Contas do Governo Federal referentes a 2005. Compete ao Congresso Nacional julgar as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

#### **6.1.9. RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE**

De acordo com Joseph M. Juran (Juran's Quality Handbook, 1999-McGraw-Hill), “quem não mede, não gerencia; quem não gerencia, não melhora”. Em consonância com essa premissa, o TCU tem estabelecido e acompanhado diversos indicadores institucionais, por meio da fixação de metas de desempenho.

As ações de controle constituem mecanismos pelos quais o Tribunal de Contas da União busca alcançar objetivos institucionais decorrentes das atribuições preconizadas na Constituição Federal. Como estratégia de acompanhamento dessas ações, visando a otimizar os processos de trabalho, foram adotados indicadores numéricos, no Plano de Diretrizes do TCU para 2006, que permitissem mensurar avanços obtidos e avaliar o grau de alcance das metas pactuadas.

Os dados apresentados nos quadros e gráficos, a seguir, permitem conhecer os resultados alcançados pela Corte de Contas no decorrer de 2006 e são referentes a indicadores de desempenho que interferem no cálculo do resultado institucional.

**Quadro 24**  
**Grau de alcance das metas de 2006**

Nº de Ordem	Indicador	Meta	Executado	Realizado
1	Processos apreciados de forma conclusiva	6.700	8.015	120%
2	Processos de contas de 2005 apreciados	1.556	1.083	70%
3	Processos de contas e DRC até 2004 apreciados	1.045	617	59%
4	Processos de fiscalização de 2005 e 1º sem. de 2006 apreciados	712	558	78%
5	Processos de TCE apreciados	2.000	1.712	86%
6	Recursos apreciados	1.300	1.525	117%
7	Atos de pessoal apreciados	80.000	127.754	160%
8	Homens-dias de fiscalização	27.000	38.423	142%
9	Relação custo x benefício do controle	5 para 1	5,33	106%
	Resultado institucional - 2006	100	91	91%

Vale ressaltar que parte da remuneração dos servidores está atrelada ao alcance de resultados institucionais. Essa prática tem contribuído para a atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com as metas traçadas para o TCU. É nessa hora que os planos, as diretrizes e as metas deixam de ser um alvo a ser alcançado no futuro para se transformarem em desafios presentes.

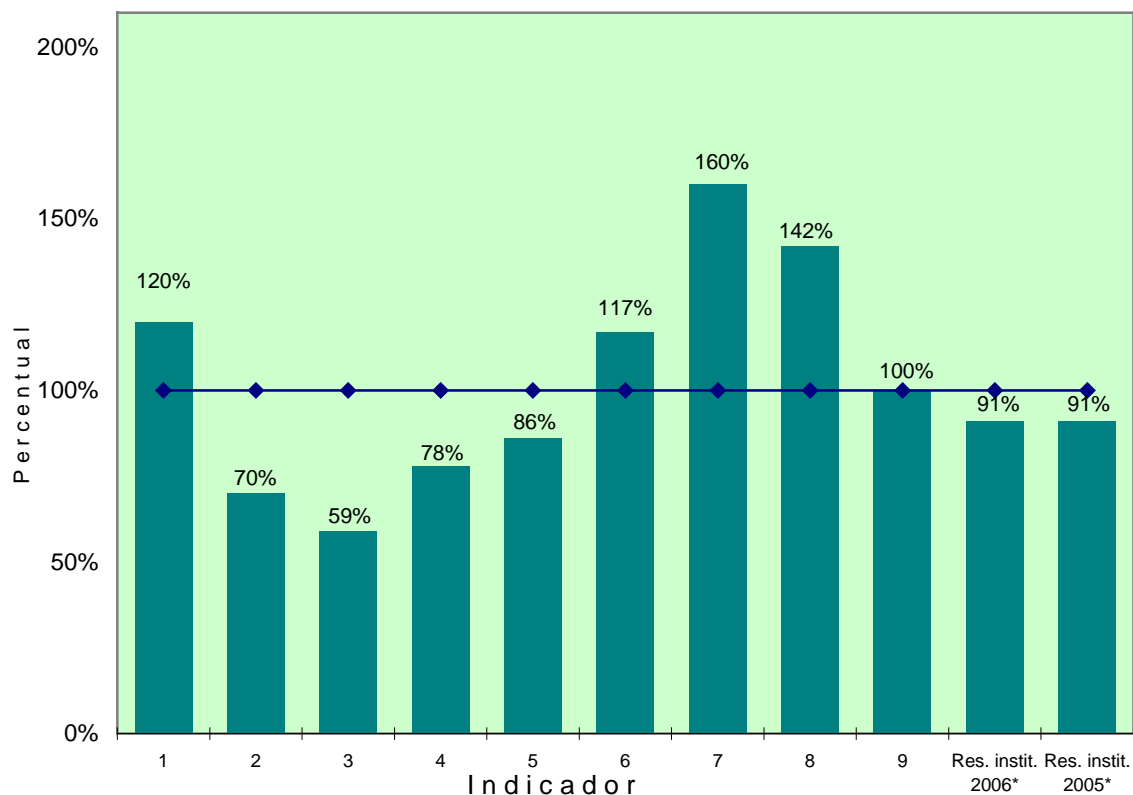
As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o exercício de 2006 foram distribuídas ao longo do ano, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas alcançou o valor de 91%.

Vale consignar que o fato de o TCU ter funcionado sem a totalidade do seu corpo deliberativo no curso de 2006 pode ser considerado como um dos obstáculos à plena realização de algumas metas, eis que relacionadas a julgamentos de determinados processos.

O gráfico abaixo apresenta o resultado alcançado para cada indicador relacionado no Quadro 21. O profissionalismo e o compromisso com a instituição, demonstrados por autoridades, gerentes e servidores no curso da gestão anual, foram fatores decisivos para que o resultado institucional alcançasse significativo nível de realização (91%).



**Gráfico 8**  
**Percentual de alcance das metas**

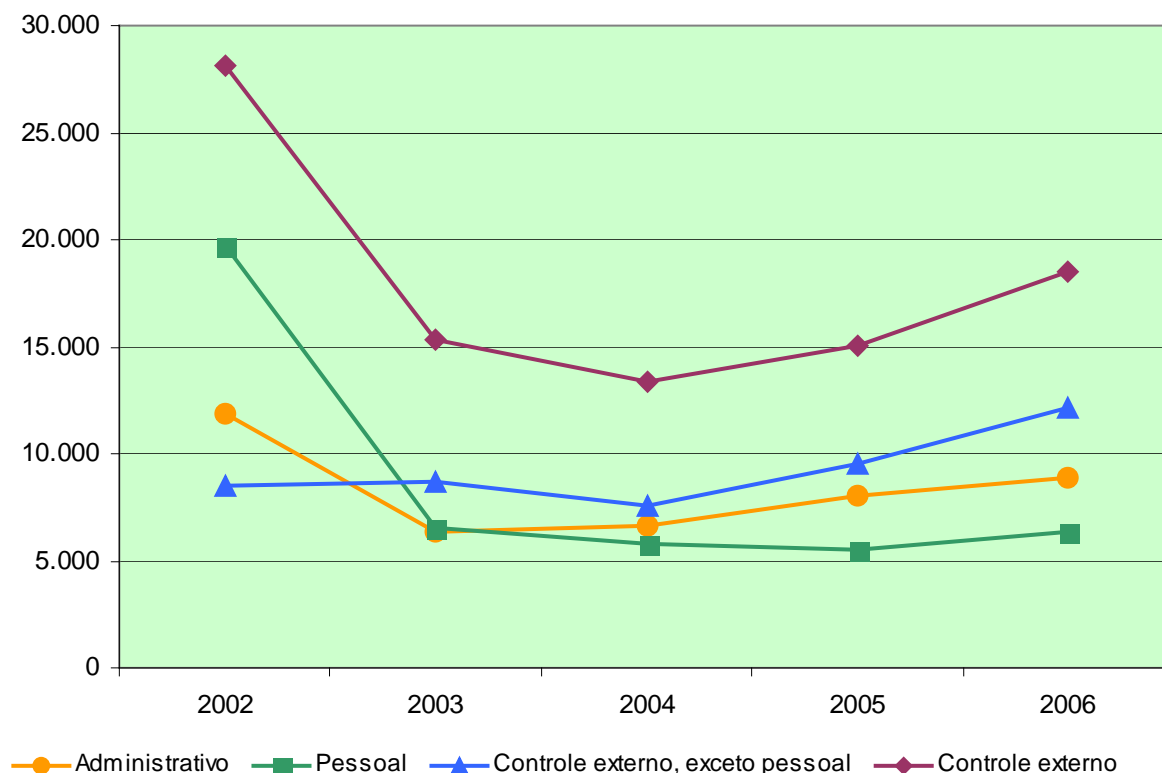


#### **6.1.10. EVOLUÇÃO DOS ESTOQUES DE PROCESSOS**

O estoque de processos de controle externo demonstrou, no exercício em exame, tendência de crescimento.

O gráfico adiante revela a evolução dos estoques de processos.

**Gráfico 9**  
**Evolução dos estoques de processo**



O próximo quadro apresenta os quantitativos de processos em estoque ao final de cada exercício, por tipo de processo.

**Quadro 25**  
**Evolução dos estoques de processos**

Tipo de Processo	2003	2004	2005	2006
Pessoal	6.580	5.795	5.532	6.392
Controle externo (exceto pessoal)	8.725	7.583	9.539	12.134
Subtotal	15.305	13.378	15.071	18.526
Administrativo	6.352	6.607	8.024	8.858
<b>Total</b>	<b>21.657</b>	<b>19.985</b>	<b>23.095</b>	<b>27.384</b>

### 6.1.11. INDICADOR DO TCU NO PPA 2004 - 2007

No Plano Plurianual 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, consta para o TCU o programa “Controle Externo”, cujo desempenho é medido pelo índice de apreciação de processos de controle externo. Aludido indicador representa a relação percentual entre a quantidade de processos julgados conclusivamente no exercício e a soma do estoque de processos pendentes de apreciação conclusiva ao término do exercício anterior e os processos autuados no exercício, excetuados os de natureza administrativa e de cobrança executiva.

As metas fixadas para o índice de apreciação de processos foram 40% para 2007, 41% para 2008, 42% para 2009 e 42% para 2010, na forma da alteração solicitada ao Ministério do Planejamento e Gestão.

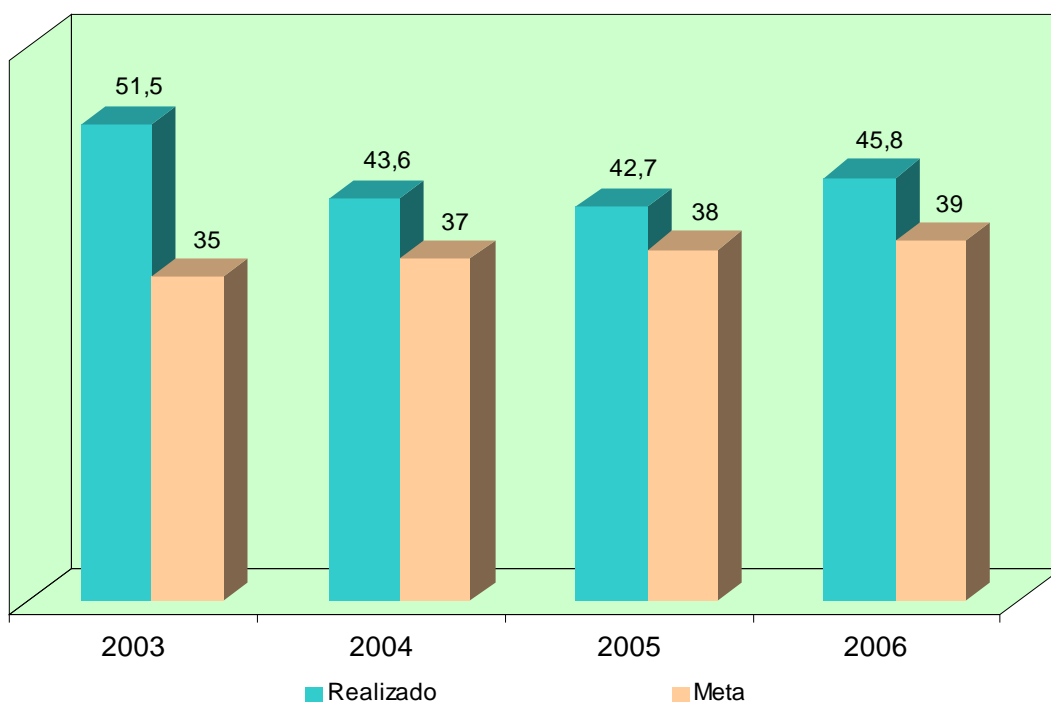
O quadro adiante mostra a evolução do índice de apreciação de processos, indicador do TCU constante do Plano Plurianual (PPA) 2004–2007 do Governo Federal.

**Quadro 26**  
**Índice de apreciação de processos definido no PPA<sup>(1)</sup>**

Item	Valores			
	2003	2004	2005	2006
Processos apreciados no período de 01/01 a 31/12 <sup>(2) (4)</sup>	14.452	10.660	10.516	14.608
Estoque em 31/12 do ano anterior <sup>(3)(4)</sup>	16.337	15.330	13.378	15.071
Processos autuados no período de 01/01 a 31/12 <sup>(4)</sup>	11.748	9.108	11.241	16.803
Índice alcançado <sup>(5)</sup>	51,5%	43,6%	42,7%	45,8%

O gráfico seguinte apresenta a evolução do índice do PPA em confronto com a meta, no período de 2003 a 2006.

**Gráfico 10**  
**Evolução do Índice PPA <sup>(6)</sup>**



**Notas:**

- 1) PPA – Plano Plurianual 2000 - 2003 e 2004 – 2007 do Governo Federal;
- 2) Desconsiderados, em 2003, 12.712 processos de pessoal encerrados em razão do TC nº 2.187/2003-1;
- 3) Considerados apenas os processos abertos;
- 4) Processos de controle externo, exceto cobrança executiva;
- 5) Fórmula de cálculo: (processos apreciados no ano) / (processos em estoque em 31/12 do ano anterior + processos autuados no ano);

- 6) A meta para o índice do PPA 2004-2007 está assim distribuída: 2004 –37%; 2005 – 38%; 2006 – 39% e 2007 – 40%;
- 7) Em todos os cálculos não são considerados processos administrativos, estágio probatório, cobrança executiva e processo típicos da Conjur.

## 6.2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A dotação inicial prevista para o TCU no Orçamento Geral da União (OGU), aprovado pela Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 (Lei Orçamentária Anual - LOA), foi de R\$ 864.117.905,00. No transcorrer do exercício, entretanto, a distribuição inicial dos recursos revelou-se inadequada para atender às necessidades do Tribunal. Assim, visando a readequar a disponibilidade orçamentária e financeira de recursos, face a carência de dotação em algumas rubricas, pleiteou-se junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a realocação dos créditos inicialmente destinados ao TCU, bem como o aporte de novos recursos em diversas ações.

Observando-se o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), regulamentada pela Portaria SOF nº 5, de 29 de maio de 2006, procedeu-se à abertura de créditos suplementares. Mediante publicação de portarias do Presidente do TCU foi possível a realocação da disponibilidade orçamentária, dentro dos limites permitidos por lei, ao longo do exercício financeiro de 2006.

Da mesma forma, submetendo-se ao disposto no art. 63 da Lei 11.178, de 2005 e às normas contidas na Portaria SOF nº 06, de 29 de maio de 2006, foram encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal solicitações voltadas para a abertura de créditos suplementares não autorizados na lei orçamentária anual.

Dessa forma, o orçamento final do TCU em 2006 foi suplementado em R\$ 181.579.978,00, alcançando o montante de R\$ 1.027.698 mil. Os recursos foram assim alocados: R\$ 898.742.417,00 destinados a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 89.178.405,00 referentes a Outras Despesas Correntes, R\$ 39.082.458,00 relativos a Despesas de Capital e R\$ 694.603,00 Juros e Encargos da Dívida, conforme especificado no quadro adiante.

**Quadro 27**  
**Execução orçamentária e financeira**

Natureza da despesa	Orçamentária			
	Dotação	Liquidado		Disponível <sup>1</sup>
		Valor	%	
DESPESAS CORRENTES	988.615.425,00	981.759.624,57	99,31%	6.855.800,43
- PESSOAL	898.742.417,00	898.742.417,00	100,00%	0,00
Ativo	460.473.387,00	460.473.387,00	100,00%	0,00
Inativo e Pensionistas	360.657.275,00	360.657.275,00	100,00%	0,00
PSSS	77.611.755,00	77.611.755,00	100,00%	0,00
- JUROS E ENC. DÍVIDA	694.603,00	178.226,78	25,66%	516.376,22
- OUTROS CUSTEIOS	89.178.405,00	82.838.980,79	92,89%	6.339.424,21
Material de Consumo	4.455.228,76	4.018.345,80	90,19%	436.882,96

Serviços de Terceiros <sup>2</sup>	44.225.303,51	42.780.275,56	96,73%	1.445.027,95
Auxílios Financeiros <sup>3</sup>	29.193.513,09	29.184.323,74	99,97%	9.189,35
Outras Despesas <sup>4</sup>	11.304.359,64	6.856.035,69	60,65%	4.448.323,95
DESPESAS DE CAPITAL	39.082.458,00	8.807.897,44	22,54%	30.274.560,56
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.027.697.883,00</b>	<b>990.567.522,01</b>	<b>96,39%</b>	<b>37.130.360,99</b>

Fonte: SIAFI2006. Balancete do mês de dezembro fechado. Consulta em 29/01/2007.

Nota 1: a coluna disponível abrange créditos disponíveis e empenhados a liquidar. Constam os repasses concedidos ao Ministério da Defesa nos valores de R\$ 28.334,60 (Acórdão do Plenário nº 176/2005) e R\$ 39.643,76 (Acórdão do Plenário 1.259/2003) e ao Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 245.914,03, para custear despesas de rateio de condomínio da Secex-RJ (Portaria nº 135/2006) e R\$ 321.709,43 para custear despesas de rateio de condomínio da Secex-SP (Portaria nº 312/2006), já inclusas as devoluções.

Nota 2: os valores constantes do item Serviços de Terceiros são relativos aos elementos de despesa 33, 36, 37 e 39, nas modalidades de aplicação 90 e 91.

### Quadro 28 Previsão e execução orçamentária, por projeto e atividade

Projeto/Atividade	Dotação (A)	Contingenciado (B)	Saldo C= (A-B)	Execução (D)	[(D)/(C)] %
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	535.435.053,00	0	535.435.053,00	514.256.003,88	96,04%
Amortização e Encargos da Dívida Contratual Externa	694.603,00	0	694.603,00	178.226,78	25,66%
Capacitação de Recursos Humanos	3.389.555,00	0	3.389.555,00	3.309.471,64	97,64%
Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI	7.145,00	0	7.145,00	7.144,20	99,99%
Contribuição à Organização Latino- Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores – OLACEFS	17.920,00	0	17.920,00	17.920,00	100,00%
Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – OISCCPLP	21.000,00	0	21.000,00	0,00	0,00%
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	12.902.921,00	0	12.902.921,00	12.902.921,00	100,00%
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	50.000,00	0	50.000,00	50.000,00	100,00%
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	2.755.410,00	0	2.755.410,00	2.755.410,00	100,00%
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	12.167.847,00	0	12.167.847,00	12.167.847,00	100,00%
Construção de Sedes da Secretaria de Controle Externo	700.000,00	0	700.000,00	700.000,00	100,00%
Modernização da Capacidade Institucional do TCU	12.287.399,00	3.834.304,00	8.453.095,00	5.947.776,07	70,36%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	360.657.275,00	0	360.657.275,00	360.657.275,00	100,00%

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	77.611.755,00	0	77.611.755,00	77.611.755,00	100,00%
Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa – ISC	9.000.000,00	0	9.000.000,00	5.771,44	0,06%
<b>TOTAL</b>	<b>1.027.697.883,00</b>	<b>3.834.304,00</b>	<b>1.023.863.579,0</b>	<b>990.567.522,01</b>	<b>96,75%</b>

O quadro adiante apresenta a execução orçamentária do TCU, no exercício de 2006, por modalidade de licitação aplicável.

**Quadro 29**  
**Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável**

MODALIDADE	Valores
	2006
Dispensa e inexigibilidade	13.646.293,40
Convite	276.930,11
Tomada de preços	2.927.264,03
Concorrência	14.583.223,87
Pregão	23.050.769,58
Suprimento de Fundos	208.561,93
<b>TOTAL</b>	<b>54.693.042,92</b>

### 6.2.1. CONTRATOS E CONVÊNIOS

O quantitativo de instrumentos vigentes, ao final do exercício de 2006, encontra-se especificado no quadro abaixo.

**Quadro 30**  
**Contratos e Convênios Firmados pelo TCU**

Tipo de formalização	2006
Contratos	126
Termos aditivos	147
Contratos emergenciais	16
Reajustes	6
Convênios	13
Outros	6
<b>TOTAL</b>	<b>314</b>

### 6.2.2. IMÓVEIS, OBRAS E ENGENHARIA

O Tribunal deu seguimento a diversas atividades de manutenção e reparo nas estruturas dos prédios da sede e de secretarias nos estados. No que concerne aos imóveis ocupados pelas unidades nos estados, o quadro a seguir retrata a situação existente, especificando os que dispõem de espaços próprios, alugados ou sob regime de cessão.

**Quadro 31**  
**Situação dos imóveis ocupados pelas Secex nos estados em 2006**

Situação	Estado/DF
Espaço cedido pela Delegacia do Ministério da Fazenda	SP
Espaço cedido pelo Governo Estadual	AP
Imóvel alugado	AC, RR, RO, TO
Imóveis próprios	Os 20 restantes

Das obras planejadas para execução ao longo do exercício de 2006, quatro delas tiveram início no período. Todas elas têm previsão de conclusão no curso do primeiro semestre de 2007.

**Quadro 32**  
**Demonstrativo de obras e reformas**

Nº	Etapa	Realizado em 2006 (%)	Previsão/ Conclusão
1	Elaboração do projeto de arquitetura do anexo III	40%	Fev/2007
2	Elaboração dos projetos complementares do Anexo III	0%	Jun/07
3	Projeto do novo CPD da SETEC	5%	Abr/07
4	Reforma do restaurante	20%	Mar/2007
5	Reforma do berçário	50%	Fev/2007
6	Construção do protocolo avançado	0%	Abr/07
7	Reforma do ISC	0%	Mai/2007
8	Construção do bosque de repouso	0%	Mar/2007
9	Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz	0%	Fev/07

Em relação a alguns desses compromissos, cabe esclarecer que:

a) o projeto arquitetônico do Anexo III à sede do TCU encontra-se em fase de elaboração do projeto executivo (terceira etapa do contrato assinado com o escritório do arquiteto Oscar Niemayer). O projeto básico, segunda etapa, foi finalizado em novembro de 2006;

b) houve licitação para a contratação dos projetos complementares do Anexo III (projeto de fundações, cálculo estrutural, climatização e instalações prediais). O item atinente às instalações prediais foi adjudicado, com previsão de pronto início, já os demais encontravam-se com o processo licitatório em curso, ao final do exercício de 2006;

c) no quarto trimestre de 2006, foi iniciada a elaboração do projeto para o novo centro de processamento de dados da Secretaria de Tecnologia da Informação, a cargo da empresa Metroquattro Arquitetura Tecnologia Ltda;

d) também no último trimestre de 2006, foram concluídos diversos projetos básicos, entre eles o relativo às reformas no ISC, no berçário, no Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz, e às construções do protocolo avançado e do bosque de repouso.

Importante salientar que, no exercício de 2006, foram iniciados os estudos destinados à identificação de espaços no TCU para a criação da 7ª Secex e da Secretaria-Geral da Presidência, bem como adquirido terreno no Setor de Clubes Sul, com o intuito de propiciar futura expansão das instalações do Tribunal.

### **6.2.3. RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS**

Medidas de contenção de gastos adotadas pelo TCU ao longo do exercício de 2006 proporcionaram economias significativas. Contribuíram para tanto, entre outras, as seguintes providências:

- transferência para a iniciativa privada da realização de serviços acessórios e não ligados diretamente à atividade fim do TCU, por intermédio da prática de terceirização de que trata o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, o que representou significativa economia para o Tribunal, comparativamente ao procedimento anterior (realização de tais serviços por servidores da Casa);
- implantação de nova metodologia para a realização de licitações e repactuação dos ajustes dos contratos, especialmente nos casos de contratação de mão-de-obra, tais como limpeza e vigilância, o que gerou economia de recursos na ordem de 30%, se comparada ao procedimento que vinha pautando historicamente a celebração desses contratos pela instituição;
- instalação de máquinas automáticas de serviços de café e bebidas quentes nos edifícios sede, anexos I e II e no prédio do ISC, totalizando 34 máquinas. A iniciativa gerou uma economia anual estimada em R\$ 300.000,00;
- realização de processo licitatório para a contratação de serviços e aquisição de materiais. No presente caso, estima-se economia em torno de R\$ 3 milhões de reais, mediante comparação entre o valor estimado do preço de mercado com o valor efetivamente contratado;
- utilização de tarifa promocional na aquisição de passagens aéreas, em substituição a tarifa normal, o que representou uma economia média anual na ordem de 50%, equivalente a 1,8 milhão;
- melhoria no controle de uso de telefones e efetivação de bloqueios, quando solicitado, permitiu obter redução dos gastos anuais em cerca de 50%, ou seja, aproximadamente R\$ 800.000,00;
- contratação de serviços gráficos em novo modelo (pacote fechado), com a redução de custos estimada em torno de R\$ 2 milhões ao ano, além de favorecer expressiva racionalização do ponto de vista gerencial;
- racionalização de postos do contrato de vigilância com redução de 12% e adoção de novos critérios de custos para o projeto básico da nova licitação, o que implicou em redução de mais de 30% nas despesas, cerca de R\$ 2 milhões no ano.

### **6.2.4. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2007**

A proposta orçamentária do TCU para 2007 foi elaborada em consonância com as necessidades do Tribunal e de acordo com a Lei nº 10.933,



de 11 de agosto de 2004, relativa ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do Governo Federal, alterada pela Lei nº 11.318, de 5 de julho de 2006, que também foi objeto de revisão em termos quantitativos.

O referencial orçamentário total destinado ao TCU para 2007 foi estabelecido pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF/MP em R\$ 1.034.777.401,00, tal como assinalado no Ofício nº 110/SOF/MP, de 26 de julho de 2006.

Na definição do valor referente ao Grupo de Despesas “Pessoal e Encargos Sociais”, no montante de R\$ 888.278.257,00, foram levados em consideração os seguintes pontos:

a) a execução orçamentária efetiva do TCU verificada no mês de abril/2006;

b) a nomeação de 184 novos servidores em agosto de 2006, em função da Lei nº 10.799, de 2003, e de vacâncias;

c) o crescimento vegetativo das despesas do quadro de pessoal estimado em 1%;

d) previsão de reajuste de 15% concedido aos servidores do TCU, nos termos da Lei nº 11.383, de 11 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 12 de dezembro de 2006.

Não foi considerada nesse limite a importância de R\$ 37.016.506,00, correspondente a seguinte destinação:

a) nomeação de 125 novos servidores para abril de 2007, em função da Lei nº 10.799, de 2003, e de vacâncias, o que representa a quantia de R\$ 16.574.020,00, a qual deve constar em anexo específico da LOA;

b) pagamento de incorporação da parcela quintos, que se encontra *sub judice* no Supremo Tribunal Federal (STF), Mandado de Segurança nº 25845/DF, que corresponde a um montante anual de R\$ 19.583.430,00;

c) crescimento vegetativo de 1% incidente sobre a parcela referente ao reajuste de 15% e novos concursados nomeados em 2006, que reclama a cifra de R\$ 859.056,00.

O quadro adiante apresenta a evolução da participação orçamentária do Tribunal no Orçamento Geral da União (OGU), até 2007.

**Quadro 33**  
**Evolução da participação orçamentária do TCU no OGU**

	2004	2005	2006	2007
OGU, exceto orçamento de investimento	1.506.814	1.634.299	1.660.772	1.575.880
Dotação orçamentária do TCU (milhões R\$)	650	783	1.027	1.069
Participação do TCU no OGU	0,04%	0,05	0,06%	0,07

## 6.2.5. CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno (Secoi), nos termos da Resolução nº 199, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade assessorar o Presidente na supervisão da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do TCU, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia. Sua meta é contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, a eliminação de falhas e o fortalecimento dos sistemas de controle.

Para tanto, a Secoi realiza ações preventivas e concomitantes aos atos e fatos administrativos praticados na Casa, atuando nas vertentes de auditoria, acompanhamento, orientação e avaliação da gestão.

No tocante à vertente auditoria, a Secoi realizou, em 2006, o total de onze auditorias, com foco na área de serviços gerais, no Instituto Serzedello Corrêa, na Segedam, no Projeto TCU/BID e nas Secex MA, TO, AL, RO, AM e PA, bem como nas contas do Tribunal, exercício 2005.

No acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a Secoi analisa os processos licitatórios e os de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como os contratos e os aditivos firmados pelo Tribunal. Em 2006, foram analisados os seguintes atos e procedimentos:

<b>Tipo</b>	<b>Qtde.</b>
Licitações	27
Contratos/aditivos	208
Atos de admissão	190
Atos de aposentadoria	60
Pensões	55
<b>TOTAL</b>	<b>540</b>

Em relação à vertente orientativa, vale destacar que, além de orientações diretas aos gestores, a Secoi expede orientações gerais e sistemáticas, por meio dos informativos "Secoi-Comunica", elaborados com base na legislação vigente e na jurisprudência do TCU.

Quanto à avaliação da gestão, em 2006, a Secoi procedeu ao exame dos atos de gestão praticados no TCU no exercício anterior, relativamente aos aspectos da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, certificando, nas contas anuais, a gestão de todos os responsáveis por bens e dinheiros públicos no âmbito do Tribunal.

## 6.3. GESTÃO DE PROJETOS

As constantes transformações e desafios por que passam organizações públicas e privadas têm compelido-as a lançar mão, progressivamente, de novas metodologias de gestão, entre elas a de projetos. Trata-se de ferramenta bastante versátil para a solução de problemas, desenvolvimento de novos produtos, serviços ou tecnologias.

A gestão de projetos no TCU iniciou-se em 2001 e, desde então, já foram constituídos 86 projetos. No ano de 2006, foram concluídos 8 projetos, enquanto 15 permaneciam em andamento no final do exercício.

A gestão de projetos no TCU tem permitindo planejar, definir, detalhar, analisar e monitorar mais de 226 produtos dos projetos que constituem sua carteira, sendo fundamental, para tanto, o esforço integrado de gestores, patrocinadores, escritório de projetos e unidades do TCU.

A contribuição dos projetos compreende aperfeiçoamento de processos de trabalho e fortalecimento de ações de controle voltadas para a melhoria do desempenho da gestão pública. Outras virtudes não menos relevantes da gestão de projetos são: identificação de talentos internos, desenvolvimento do potencial de gestão e técnico dos quadros do TCU e absorção de novas tecnologias e competências. Tais fatores são imprescindíveis para garantia da futura capacidade de cumprimento das atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União.

O amplo projeto de modernização do Tribunal, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pretende, aumentar a capacidade de fiscalização e controle, implementar medidas de valorização dos servidores, aprimorar o sistema de qualidade e gestão da instituição, além de estabelecer canais e ampliar o diálogo público do TCU com a sociedade.

Parte integrante do projeto de modernização na área de fiscalização, o projeto Síntese (Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo), pretende prover o TCU de tecnologia de acesso e utilização integrada de dados e informações disponíveis nos sistemas da administração pública, visando à detecção de indícios de fraude e ao fortalecimento do controle externo eletrônico.

No Plano Estratégico do TCU para o período de 2006 a 2010, consta a iniciativa estratégica “definir e implantar plano de sustentabilidade”. Com este intuito, foi criado o projeto TCU Sustentável. A estratégia que se pretende desenvolver permitirá que sejam estabelecidos mecanismos e condições para que as ações presentes e futuras do Tribunal sejam executadas conforme os princípios de sustentabilidade. Ou seja, conciliando proteção ambiental, justiça social, respeito às diversidades culturais, estabilidade política, eficiência, eficácia e economia dos processos.

Com o intuito de aprimorar a Gestão por Projetos, o TCU, em 2006, instituiu uma nova sistemática de acompanhamento dos projetos em andamento, baseada no “Modelo Farol”. O novo acompanhamento é realizado ao final de cada bimestre, onde são coletadas informações sobre o desenvolvimento dos produtos, sobre as dificuldades e as soluções encontradas e sobre as boas práticas de gestão. O “Farol” comunica, de forma rápida e objetiva, se os produtos do projeto encontram-se conforme o escopo e o cronograma original se estão paralisados ou atrasados, por meio da indicação das cores (faróis) verde, amarelo e vermelho. A comunicação ficou mais direta e gerencial. Além disso, o novo acompanhamento proporciona maior aproximação entre gestores, patrocinadores e a equipe do Escritório de Projetos, fator importante para o bom andamento dos trabalhos e a troca de experiências.

Ainda com o objetivo de fortalecer e aprimorar as práticas corporativas da Casa na área de gerenciamento de projetos, foi realizado o “I Encontro Técnico de Gestores de Projeto” que reuniu gerentes, coordenadores e líderes de projetos em curso no TCU. Na primeira etapa do evento, o Professor Marcelo Cota, Assessor Sênior responsável pelo escritório de projetos do Banco Central e

professor da FGV e do IBMEC, ministrou a palestra “A Dimensão Humana na Condução de Projetos”. Na segunda etapa, foi realizado um estudo de caso sobre o tema “Licitação e Gestão de Contratos: problemas percebidos, principais cuidados e boas práticas”, em que os gestores do projeto Apoio à Modernização do TCU – BID Mário Audifax, Jerônimo Mariz de Medeiros e Jorge de Souza Pinto compartilharam experiências vividas, problemas enfrentados e lições aprendidas na gestão dos contratos.

Os projetos encerrados em 2006 e em andamento no final do exercício estão indicados nos quadros a seguir.

**Quadro 34**  
**Projetos encerrados em 2006**

<b>Nº</b>	<b>PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PERÍODO</b>
1	<b>Classificar</b>	Propor mudança na norma que regulamenta a incorporação, o controle e o desfazimento de bens permanentes.	08/05/2006 a 31/10/2006
2	<b>Diagnóstico</b> de Oportunidades de Aperfeiçoamento de Procedimentos de Controle Externo das Secex	Identificar, por meio de levantamento de informações junto às Secex: - oportunidades de aperfeiçoamento dos sistemas institucionais; - necessidades de adequação de procedimentos relativos às atividades das Secex; - práticas locais passíveis de disseminação nas demais Secretarias; - soluções locais de TI passíveis de aproveitamento institucional; e - dificuldades/necessidades das unidades que mereçam atenção por parte das unidades centrais (Adcon, Adfis, Setec, ISC etc).	28/11/2005 a 20/09/2006
3	<b>IES – Instrução Eletrônica Simplificada de Contas</b>	Desenvolver ferramenta de instrução, tramitação e julgamento eletrônico das contas regulares coletadas pelo Sistema Siscontas.	13/10/2005 a 31/03/2006
4	<b>Modernizar 1 – Modernização Administrativa da Segedam</b>	Aprimorar a capacidade de gestão de atividades críticas da Segedam.	24/04/2006 a 30/11/2006
5	<b>Organizar – Organização dos Trabalhos do Serap</b>	Mapear, modelar e publicar na intranet fluxos de processos de trabalhos e implantar sistemática de geração de relatórios gerenciais no Serap.	29/05/2006 a 31/10/2006
6	<b>Padronizar</b>	Mapear, modelar e publicar na intranet fluxos de processos de trabalhos e padronizar roteiros de atividades críticos da Secof.	08/05/2006 a 30/11/2006
7	<b>Pégaso – Implementação da Educação a Distância</b>	Implementar o processo de educação a distância - EaD, suportado por um sistema de gerenciamento de aprendizagem (Learning Management System - LMS).	12/04/2005 a 01/12/2006
8	<b>Planejar – Modernização do Sistema de Planejamento e Gestão do TCU</b>	Desenvolver metodologia de planejamento que utilize o Balanced Scorecard - BSC e o gerenciamento pelas diretrizes - GPD de forma complementar, garantindo a tradução da estratégia da organização e favorecendo a implementação e o acompanhamento das diretrizes de longo prazo nos diversos níveis organizacionais.	06/06/2005 a 01/12/2006

**Quadro 35**  
**Projetos em andamento no final do exercício**

<b>Nº</b>	<b>PROJETO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PERÍODO</b>
1	<b>AI</b> – Arquitetura da Informação	Instrumentalizar a gestão de conteúdos do Portal TCU com vistas a promover acesso integrado e padronizado aos produtos e serviços de informação do Tribunal.	03/07/2006 a 14/12/2007
2	<b>Atena</b> – Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competência	Estimular o autodesenvolvimento dos servidores, aproximando todas as etapas de sua formação (seleção, alocação e treinamento) aos objetivos estratégicos do Tribunal.	04/06/2003 a 09/03/2007
3	<b>Atender</b> – Central de Atendimento a Clientes da Serec	Criar e implantar Central de Atendimento a clientes da Secretaria de Recursos Humanos do TCU.	18/10/2005 a 31/01/2007
4	<b>Atuar</b> – Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU	Aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Recursos Humanos às demandas que lhe são apresentadas.	01/04/2004 a 31/12/2007
5	<b>Audicon</b> – Desenvolvimento de Metodologia de Auditoria e Análise Contábil-Financeira	Desenvolver metodologia de auditoria e análise contábil-financeira aplicáveis às áreas bancária e de empresas públicas e sociedades de economia mista.	10/02/2005 a 30/04/2007
6	<b>BID</b> – Apoio à Modernização do TCU	Apoiar a modernização do TCU, com vistas a aumentar, direta ou indiretamente, a capacidade fiscalizatória e de controle do Tribunal.	02/07/2001 a 30/04/2008
7	<b>Cerds</b> – Controle Externo com Foco na Redução da Desigualdade Social	Avaliar programas governamentais e modelos regulatórios de serviços públicos, com foco na redução das desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento do controle social.	19/09/2002 a 02/01/2007
8	<b>Combate</b> – Implementar Estratégia de Combate à Fraude e à Corrupção no TCU	Incrementar a capacidade institucional do TCU para prevenir, detectar, investigar e punir a ocorrência de casos de fraude e corrupção na Administração Pública.	18/07/2005 a 31/07/2007
9	<b>Comunicar</b>	Ampliar e aperfeiçoar os canais de relacionamento do TCU com o público externo para estimular o controle.	17/04/2006 a 16/02/2007
10	<b>Padronizar II</b>	Mapear, modelar e publicar na intranet fluxos de processos de trabalhos e padronizar roteiros de atividades críticos da Secof.	15/12/2006 a 31/07/2007
11	<b>Pessoa I</b> – Automação da Sistemática de Gestão de Pessoas	Implementar conjunto de soluções de TI visando a: - redução de problemas críticos que afetam o funcionamento dos sistemas GRH, Sipad e Folha de Pagamento; - implantar a primeira etapa do novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.	11/07/2005 a 31/12/2007
12	<b>PPP</b> – Controle Externo das Parcerias Público-Privadas	Implementar metodologia para análise da outorga e acompanhamento das Parcerias Público-Privadas (PPP).	24/02/2006 a 28/02/2007
13	<b>Regulação</b> – Modernização do Controle da Regulação de Serviços Públicos	Aperfeiçoar a atuação do TCU no controle externo da regulação de serviços públicos objeto de delegação.	01/03/2004 a 15/12/2007
14	<b>Síntese</b> – Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo	Conceber, elaborar e implementar datawarehouse de controle da administração pública.	03/12/2003 a 31/07/2007
15	<b>Sisjur</b> – Sistematização da Jurisprudência do TCU	Sistematizar a jurisprudência do TCU, evidenciando seus entendimentos dominantes e consolidados por área, tornando-a disponível aos usuários internos e externos.	23/10/2006 a 14/12/2007

Os quadros, a seguir, apresentam números relativos às características operacionais e logísticas dos projetos em andamento no final de 2006.

**Quadro 36**  
**Pessoas alocadas aos projetos**

<b>TIPO DE VÍNCULO</b>	<b>QTDE</b>	<b>%</b>
Servidores em dedicação integral	46	41%
Servidores em dedicação parcial	57	33%
Estagiários	9	8%
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100%</b>

**Quadro 37**  
**Perfil dos projetos em andamento**

<b>PERFIL</b>	<b>QTDE</b>	<b>%</b>
Melhoria de processos de trabalho	7	40%
Apoio à modernização	3	20%
Novas metodologias	5	40%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>

Realização

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**Secretário-Geral da Presidência**  
Maurício de Albuquerque Wanderley

**Secretário de Planejamento e Gestão**  
Alessandro Giuberti Laranja

**Diretora**  
Valéria Cristina Gomes Ribeiro

**Responsável**  
Augusto Venâncio Orleans Ferreira

**Colaboradores**  
Dora Botelho Bastos  
Flávio Sposto Pompeo  
Leonard Renne Guimarães Lapa  
Martinho Shintate  
José Gomes de Menezes Sá Neto

Permitida a reprodução da obra, desde que citada a fonte, exceto para fins comerciais.

**Visitação ao TCU:**  
Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais  
Fone (61) 3316-7069 / e-mail: [aceri@tcu.gov.br](mailto:aceri@tcu.gov.br)

**Ouvidoria**  
Fone: 0800-6441500  
Internet: <http://www.tcu.gov.br/ouvidoria>

